

7.3.3 Meio Socioeconômico na Área Diretamente Afetada – ADA

7.3.3.1. Composição da Área Diretamente Afetada

A Área Diretamente Afetada (ADA) adotada para o meio socioeconômico tem seu limite territorial definido pela futura faixa de domínio do Prolongamento da SP-083, somadas às intervenções junto às faixas de domínio das rodovias estaduais em operação (Rodovias Anhanguera - SP-330, Bandeirantes - SP-348, Miguel Melhado Campos - SP-324) e das Estradas Vicinais Luiz Queiros Guimarães e Dr. José Nogueira (municipais).

Com isso, a ADA possui dimensão territorial total de 132,8 ha, subdividida em porções de 30 propriedades particulares que deverão ser desapropriadas parcial ou integralmente (sub-total de 114,3ha), e áreas de domínio público (estadual ou municipal), equivalentes às faixas de domínio das rodovias e estrada vicinal em operação já citadas (sub-total de 18,5ha).

A localização, limites territoriais e ocupação da ADA podem ser melhores visualizados na **Figura 7.1.3-1: Mapa Síntese da Área Diretamente Afetada**, já apresentada no **Capítulo 7.1.3**.

No entanto, o estudo socioeconômico será específico para as *PROPRIEDADES PARTICULARES* afetadas, pois entende-se que as intervenções junto às áreas de *DOMÍNIO PÚBLICO* (estadual ou municipal) deverão ser viabilizadas junto às prefeituras municipais, Concessionária AUTOBAN e Departamento de Estrada de Rodagem (DER). Todos os fluxos deverão ser mantidos, e quando necessário remanejamento, o empreendedor será responsável pela execução.

Assim, o estudo da ADA para o meio socioeconômico baseou-se em informações secundárias (planos diretores e setores censitários do IBGE), e em informações primárias coletadas nos trabalhos de campo, consagrando os seguintes itens relacionados a *i*. Caracterização das Áreas Objeto de Desapropriação, *ii*. Uso e Ocupação do Solo, e *iii*. Diagnóstico do Patrimônio Cultural.

O **Quadro 7.3.3.1-1** apresenta as dimensões territoriais das 30 *PROPRIEDADES PARTICULARES* que deverão ser desapropriadas, e das áreas de *DOMÍNIO PÚBLICO* citadas (estadual ou municipal).

Quadro 7.3.3.1-1: Quantitativo das áreas que compõe a ADA do meio socioeconômico, subdividas em *PROPRIEDADES PARTICULARES* e *ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO*.

| Composição da ADA | | Área (ha) | % Parcial | %Total |
|---|--------------------------------|--------------|------------|------------|
| <i>PROPRIEDADES PARTICULARES</i> | 1 | 17,8 | 15,6 | 86,1 |
| | 2 | 3,3 | 2,89 | |
| | 3 | 0,3 | 0,28 | |
| | 4 | 0,7 | 0,64 | |
| | 5 | 2,4 | 2,1 | |
| | 6 | 2 | 1,76 | |
| | 7 | 2,4 | 2,11 | |
| | 8 | 1,4 | 1,21 | |
| | 9 | 3,8 | 3,36 | |
| | 10 | 1,5 | 1,33 | |
| | 11 | 2,6 | 2,25 | |
| | 12 | 0,9 | 0,79 | |
| | 13 | 6,7 | 5,86 | |
| | 14 | 3,4 | 2,99 | |
| | 15 | 0,2 | 0,22 | |
| | 16 | 7,1 | 6,21 | |
| | 17 | 11,7 | 10 | |
| | 18 | 2,7 | 2,38 | |
| | 19 | 1 | 0,91 | |
| | 20 | 0,01 | 0,01 | |
| | 21 | 0,5 | 0,47 | |
| | 22 | 1,3 | 1,1 | |
| | 23 | 1,9 | 1,65 | |
| | 24 | 2,3 | 1,98 | |
| | 25 | 1,6 | 1,43 | |
| | 26 | 0,2 | 0,13 | |
| | 27 | 6,3 | 5,55 | |
| | 28 | 19 | 16,62 | |
| | 29 | 6,9 | 6,06 | |
| | 30 | 2,4 | 2,11 | |
| Sub-total | | 114,3 | 100 | -- |
| <i>ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO ESTADUAL</i> | Rod. Bandeirantes (SP-348) | 6,8 | 36,8 | 13,9 |
| | Rod. Anhanguera (SP-330) | 8 | 43,2 | |
| | Rod. Miguel Melhado (SP-324) | 3,2 | 17,3 | |
| <i>ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL</i> | Estrada Vicinal José Nogueira | 0,3 | 1,6 | |
| | Estrada Luiz Queiros Guimarães | 0,2 | 1,1 | |
| Sub-total | | 18,5 | 100 | -- |
| TOTAL | | 132,8 | -- | 100 |

A numeração adotada (1 a 30) corresponde ao posicionamento das propriedades com relação à quilometragem crescente do Prolongamento. Ou seja, a propriedade de número 1 localiza-se próximo à Rodovia Anhanguera, e a 30 junto à futura intersecção com a Rodovia Miguel Melhado. Essa distribuição pode ser visualizada na **Figura 7.3.3.1-1**, e a numeração será adotada ao longo de todo o estudo.

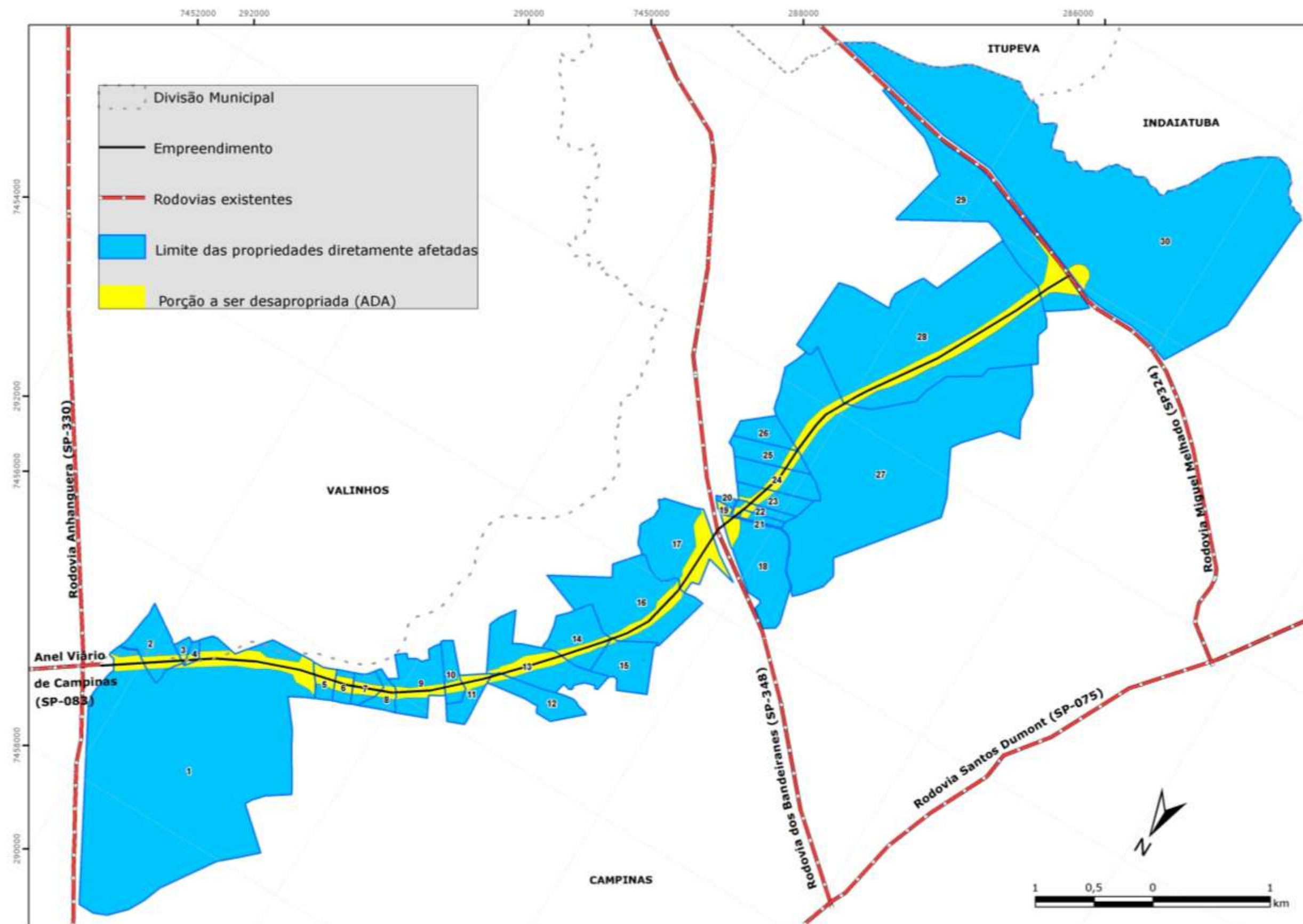


Figura 7.3.3.1-1: Distribuição das *PROPRIEDADES PARTICULARES* diretamente afetadas para a implantação do empreendimento, com distinção entre o total da propriedade e a percentual a ser desapropriado.

Vale ressaltar que em 8 propriedades diretamente afetadas pelas obras, a desapropriação irá ocupar área inferior a 10% do total. Somente a propriedade 19 será totalmente desapropriada (decorrente da implantação do dispositivo de interligação com a Rodovia dos Bandeirantes).

O **Quadro 7.3.3.1-2** mostra os percentuais de intervenção em cada uma das propriedades afetadas.

Quadro 7.3.3.1-2: Quantitativo das intervenções diretas nas *PROPRIEDADES PARTICULARES* afetadas pelo empreendimento.

| Propriedade | Área total (ha) | Desapropriação | |
|--------------|-----------------|----------------|----------|
| | | Área (ha) | % |
| 1 | 324,6 | 17,8 | 5,5 |
| 2 | 15,3 | 3,3 | 21,5 |
| 3 | 1,8 | 0,3 | 17,7 |
| 4 | 1,6 | 0,7 | 44,6 |
| 5 | 4,7 | 2,4 | 51,2 |
| 6 | 4,2 | 2 | 47,7 |
| 7 | 5,4 | 2,4 | 44,4 |
| 8 | 5 | 1,4 | 27,8 |
| 9 | 19,1 | 3,8 | 20,1 |
| 10 | 7 | 1,5 | 21,6 |
| 11 | 8 | 2,6 | 32,2 |
| 12 | 12,8 | 0,9 | 7,1 |
| 13 | 29,9 | 6,7 | 22,4 |
| 14 | 19 | 3,4 | 18 |
| 15 | 17,1 | 0,2 | 1,4 |
| 16 | 52,9 | 7,1 | 13,4 |
| 17 | 36,7 | 11,7 | 31,2 |
| 18 | 33,1 | 2,7 | 8,2 |
| 19 | 1 | 1 | 100 |
| 20 | 1 | 0,01 | 1,7 |
| 21 | 2,4 | 0,5 | 22,6 |
| 22 | 4 | 1,3 | 31,3 |
| 23 | 9,3 | 1,9 | 20,4 |
| 24 | 15 | 2,3 | 15,1 |
| 25 | 10,8 | 1,6 | 15,2 |
| 26 | 8,9 | 0,2 | 1,7 |
| 27 | 220,6 | 6,3 | 2,9 |
| 28 | 173,8 | 19 | 10,9 |
| 29 | 66,2 | 6,9 | 10,5 |
| 30 | 350 | 2,4 | 0,7 |
| Total | | 114,3 | - |

Ressalta-se que a delimitação das propriedades foi feita com a colaboração dos proprietários em pesquisa de campo, a partir da apresentação de imagens aéreas. Não houve checagem com as matrículas dos imóveis.

Em sua extensão, a ADA abrange setores com ocupações classificadas como urbano e rural, conforme zoneamento dos Planos Diretores dos municípios de Campinas (2006) e Valinhos (2004), além da tipificação dos setores censitários do IBGE.

Quanto aos setores censitários já contemplados no estudo da AID, o mais representativo na ADA é o 7A, com cerca de 46% de ocupação, seguido do setor 3B, com 36,5%. Os demais setores encontrados na ADA são o 8 (7,7%), 3A (6,0%) e 1 (3,7%).

Somente o setor 1, refere-se ao município de Valinhos (zona industrial, conforme Plano Diretor, 2004). Em Campinas, o zoneamento municipal classifica o setor 7A como de ocupação prioritária (MZ 4), mas a região consta ainda como zona rural do município. O setor 3A encontra-se na área de influência aeroportuária (MZ 7). E os demais setores (3B e 8) estão inseridos na macrozona de vocação agrícola (MZ 6).

7.3.3.2. Caracterização Populacional da ADA

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) a ADA do empreendimento abrange parcelas de 8 setores censitários, sendo 4 setores classificados como rural e 4 como urbanos, totalizando 3.636 domicílios.

O total de moradores desses 8 setores censitários é de 3.580 habitantes, dentre as quais 3.167 são alfabetizadas (88,5%). Os dados do censo também apontam que há 1.006 pessoas responsáveis pelo domicílio nesses setores, e que a média do rendimento nominal mensal equivale a R\$ 730,50 por pessoa.

➤ Levantamento de dados primários - entrevistas

A caracterização da população residente na ADA, ou que detém a posse de áreas diretamente afetadas, mas reside fora delas, foi realizada com base em dados primários, obtidos por meio de pesquisa de campo (entrevistas) junto aos moradores da região.

O roteiro das entrevistas foi estruturado com questões pertinentes às necessidades reais de quantificação dos impactos na população local, conforme formulário a seguir.

| |
|---|
| 1) Nome: |
| 2) Endereço: |
| 3) Você está ciente que será construída a rodovia ? |
| 4) Quantas pessoas moram na residência: |
| 5) Tipo de habitação: () Própria () Outra () Alugada |
| 6) Características da residência principal: Nº de cômodos: Alvenaria () Madeira () Água: Luz: Esgoto: Coleta de lixo: |
| 7) Possui algum benefício municipal, estadual ou federal ? Alguma linha de crédito? Paga Imposto Rural? |
| 8) Utiliza a propriedade para negócio ? Que tipo de negócio/produção? Qual valor médio da renda? |
| 9) Possui outra renda além da obtida com a propriedade ? Qual? |
| 10) Qual o valor da renda total da família ? |
| 11) Em relação a renda total familiar, qual a porcentagem que provem da propriedade ? |
| 12) Sabe o percentual a ser desapropriado ? |
| 13) Como será após a construção da rodovia? Terá possibilidade de permanecer na área? Pretende utilizar a propriedade para a mesma finalidade ou outros fins? |
| 14) Caso continue na propriedade, com os acessos projetados, continuará mantendo as mesmas atividades atuais ? |
| 15) Consegue visualizar algum ganho pessoal com a construção da rodovia ? |
| 16) Acredita que a rodovia irá facilitar o escoamento da produção na região? |
| 17) Está disposto a negociar a desapropriação ? Comentar: |
| 18) Existem funcionários na propriedade ? Quantos? Você acredita que esses funcionários serão demitidos após a construção da rodovia? Quantos? |
| 19) Qual a opinião em relação a construção da rodovia ? |

Desta forma, os objetivos principais da pesquisa foram assim delineados;

- 1- Identificar o perfil do produtor rural que ocupa a área diretamente afetada, e

- 2- Levantar elementos para melhorar quantificar os impactos socioeconômicos na ADA, para posterior elaboração de medidas mitigadoras / compensatórias.

Os trabalhos de campo foram realizados entre os dias 4 a 8 de outubro de 2012. Ao todo, foram entrevistados 21 produtores rurais, correspondendo a 70% das propriedades particulares da ADA, distribuídas conforme **Figura 7.3.3.2-1**.

Após as entrevistas, as 30 propriedades particulares existentes ao longo da ADA puderam ser classificadas de acordo com a(s) principal(is) atividade(s) econômica(s) desenvolvida (s), resultando nos seguintes quantitativos:

- Agricultura: em 13 propriedades;
- Pecuária: em 07 propriedades;
- Indústria: em 01 propriedade, e
- Comércio ou serviços: 8 propriedades.

Nessa classificação, constatou-se que somente 2 propriedades realizam pecuária e agricultura concomitantemente; em outro caso, parte da propriedade é utilizada para agricultura, e em outra parte existem casas de aluguel (serviço).

Duas das propriedades estudadas não apresentam usos definidos (abandonadas), e duas são utilizadas fundamentalmente para moradia.

A caracterização das propriedades que serão diretamente afetadas pelo empreendimento, suas atividades e população residente, serão detalhadas nos próximos itens.

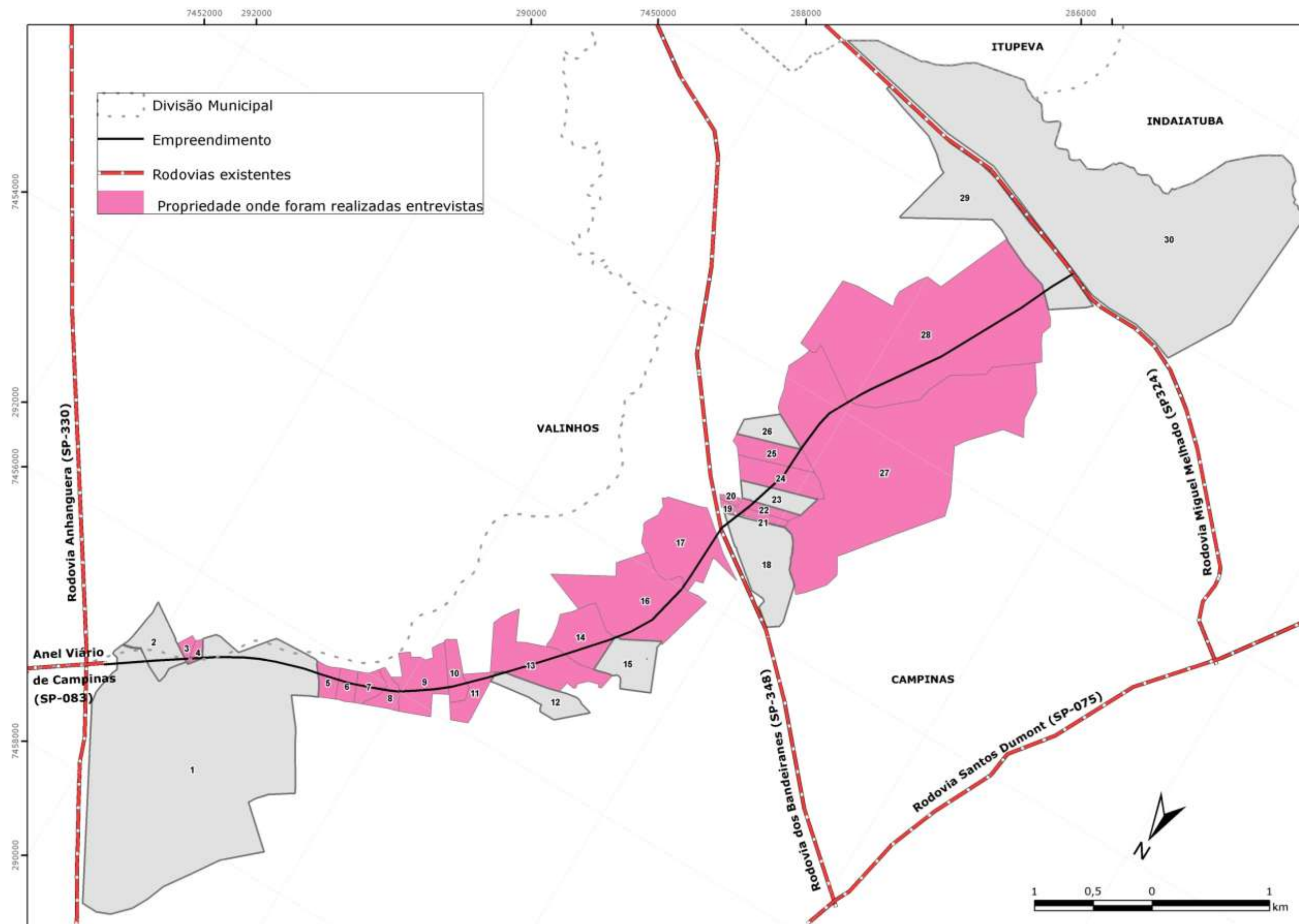


Figura 7.3.3.2-1: Distribuição das entrevistas realizadas junto às *PROPRIEDADES PARTICULARES* diretamente afetadas para a implantação do empreendimento.

Não foram entrevistadas as propriedades 1, 2, 12, 15, 18, 23, 26, 29 e 30. Nas propriedades 5 e 7, foi realizada somente 1 entrevista pois, mesmo separadas espacialmente, são de responsabilidade de um mesmo produtor. O mesmo ocorreu com as propriedades 19 e 20.

➤ *Caracterização Geral da ADA:*

Durante as entrevistas foi constatado que 100% dos entrevistados já tinham conhecimento do empreendimento – informação amplamente difundida e muito esperada desde a construção do primeiro trecho do Anel Viário, segundo relatos. Mas os entrevistados não tinham conhecimento do traçado (se seriam ou não afetados diretamente).

Quase 74% dos entrevistados moram em casa própria, e os demais representam meeiros ou empregados. Todos os que responderam informaram que o destino dos efluentes domésticos (esgoto) é por meio de fossa, a energia elétrica é distribuída pela concessionária do município (Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL), e a coleta de lixo não atinge 4 propriedades (19%), onde pratica-se a queima, ou enterram-se os resíduos.

Pouco mais de 90% da população amostral utiliza a propriedade para negócio, mas somente 55% têm essa como única fonte de renda.

Uma vez que a classe prevista para o Prolongamento ('Zero' – Especial) não permitirá acesso dos lindeiros à nova rodovia, a grande maioria dos entrevistados não visualiza nenhum ganho com a construção da via, pois irá continuar executando suas atividades usufruindo das vias locais existentes. Quase 64% informaram que a rodovia não irá facilitar o escoamento de seus produtos.

Metade dos entrevistados, afirmaram que continuarão morando na propriedade após a construção rodovia, informação não fornecida ou ainda incerta em 18% da população amostral.

Em alguns casos, durante as entrevistas, no momento em que o proprietário tomava conhecimento de que o empreendimento iria afetar diretamente sua propriedade, era latente a expectativa negativa devido à possibilidade de

desapropriações. Principalmente junto aos agricultores que terão suas propriedades divididas ao meio.

Em consequência, observou-se que as principais preocupações dos proprietários estão relacionadas à perda de benfeitorias (residências e galpões), perda de áreas produtivas, (principalmente no caso dos cultivos agrícolas/frutas, e dificuldade de acesso à água para irrigação da lavoura.

Somente em 4 das 30 propriedades serão afetadas benfeitorias utilizadas para residência, num total de 12 casas. Assim, a população residente da ADA soma 42 habitantes, conforme caracterizado no **Quadro 7.3.3.2-1**.

Quadro 7.3.3.2-1: Quantificação da população residente na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento.

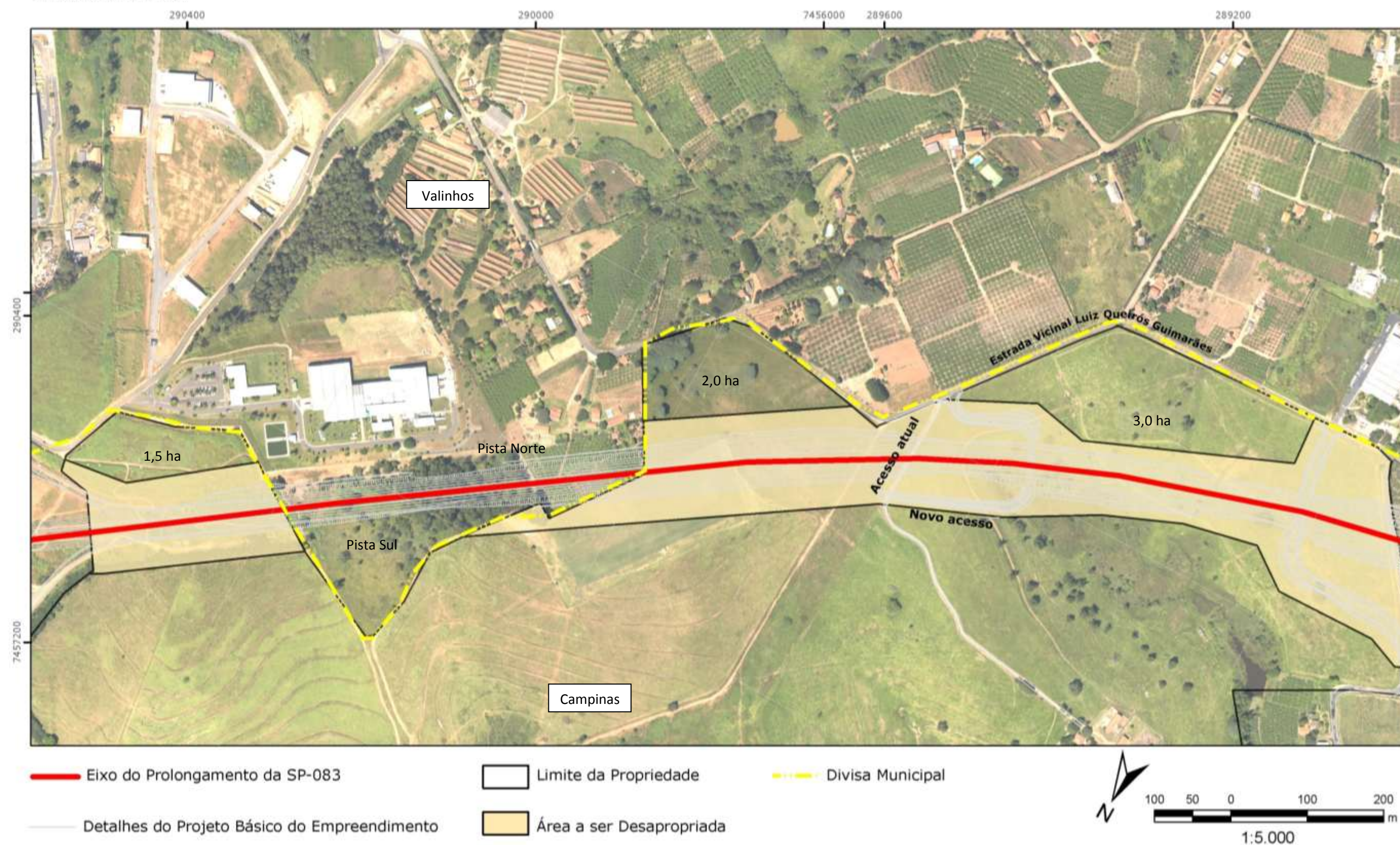
| Propriedade | Nº casas | Total de habitantes | Vínculo com a propriedade |
|--------------|-----------|---------------------|---------------------------|
| 6 | 3 | 12 | Inquilinos |
| 17 | 2 | 7 | Arrendatários |
| 19 | 3 | 10 | Proprietários |
| 21 | 4 | 13 | 4 Proprietários |
| | | | 4 Meeiros |
| | | | 5 Inquilinos |
| Total | 12 | 42 | -- |

O valor que será pago pela terra no processo desapropriatório foi motivo de bastante questionamento por parte dos proprietários, gerando inclusive expectativa positiva para alguns deles. Para esses, a rodovia significará a valorização de sua terra, ou em alguns casos a desapropriação era a oportunidade que se estava esperando para mudar da região.

Nos próximos itens será discutida particularmente a situação de cada uma das 30 propriedades que serão diretamente afetadas pelas obras de implantação do empreendimento.

Quando possível, os aspectos relatados estarão demonstrados nas figuras que antecedem o texto.

PROPRIEDADE 1:



➤ PROPRIEDADE 1:

À partir do segmento existente do Anel Viário de Campinas (SP-083), a primeira propriedade que será diretamente afetada pelas obras é usualmente ocupada com pastagem extensiva, e localiza-se às margens da Rodovia Anhanguera, município de Campinas, entre as estacas 1.000 e 1.100 do Projeto Básico.

Sua área total soma mais de 324 ha. Mas a desapropriação irá representar cerca de 5,5%, ou 17,8 ha, e estará concentrada na porção limítrofe com o município de Valinhos.

De acordo com o zoneamento municipal, a área está inserida na macrozonade ocupação prioritária (MZ 4), mas a região consta ainda como zona rural do município. Quanto aos setores do IBGE, enquadra-se no 7A – rural de Campinas.

Uma vez que as intervenções nessa propriedade serão exclusivas em áreas de pastagem, e o percentual a ser desapropriado não irá inviabilizar a manutenção da atividade, optou-se por não realizar entrevista nesse local.

Atualmente, existe um acesso à propriedade pela Estrada Vicinal Luiz Queiros Guimarães, que será mantido por meio da implantação de uma passagem inferior, garantindo assim a permanência dos fluxos atuais.

Na proximidade com a estaca 1.100 do Projeto Básico, o prolongamento irá interceptar a Estrada Vicinal Luiz Queiros Guimarães. No local também será implantada passagem inferior, garantindo o fluxo local entre as demais propriedades do entorno. A execução dessa passagem inferior irá acarretar maior intervenção direta nessa propriedade.

Com a implantação do empreendimento, resultarão 3 áreas remanescentes da *Propriedade 1*, lindeiras à Pista Norte, enquanto a sede e maior porção produtiva estará lindeira à Pista Sul. Essas áreas remanescentes possuem áreas de 1,5 ha, 2,0 ha e 3,0 ha, representando ainda unidades produtivas viáveis, apesar do parcelamento.

Não foi identificada a necessidade de intervenções em benfeitorias (residências, galpões, etc). Somente cercas e porteiras serão remanejadas.

Não foi realizada entrevista nessa propriedade, mas de acordo com a proporção de área desapropriada, e os acessos garantidos à área, pode-se concluir que o produtor terá condições de manter as mesmas atividades realizadas atualmente.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 1



Fotos 7.3.3.2-1 e 2: Observa-se que o uso principal da propriedade é a pecuária extensiva, com ocupação de gramíneas e árvores isoladas. Não foram observadas benfeitorias na área diretamente afetada, somente cercas e porteiras.

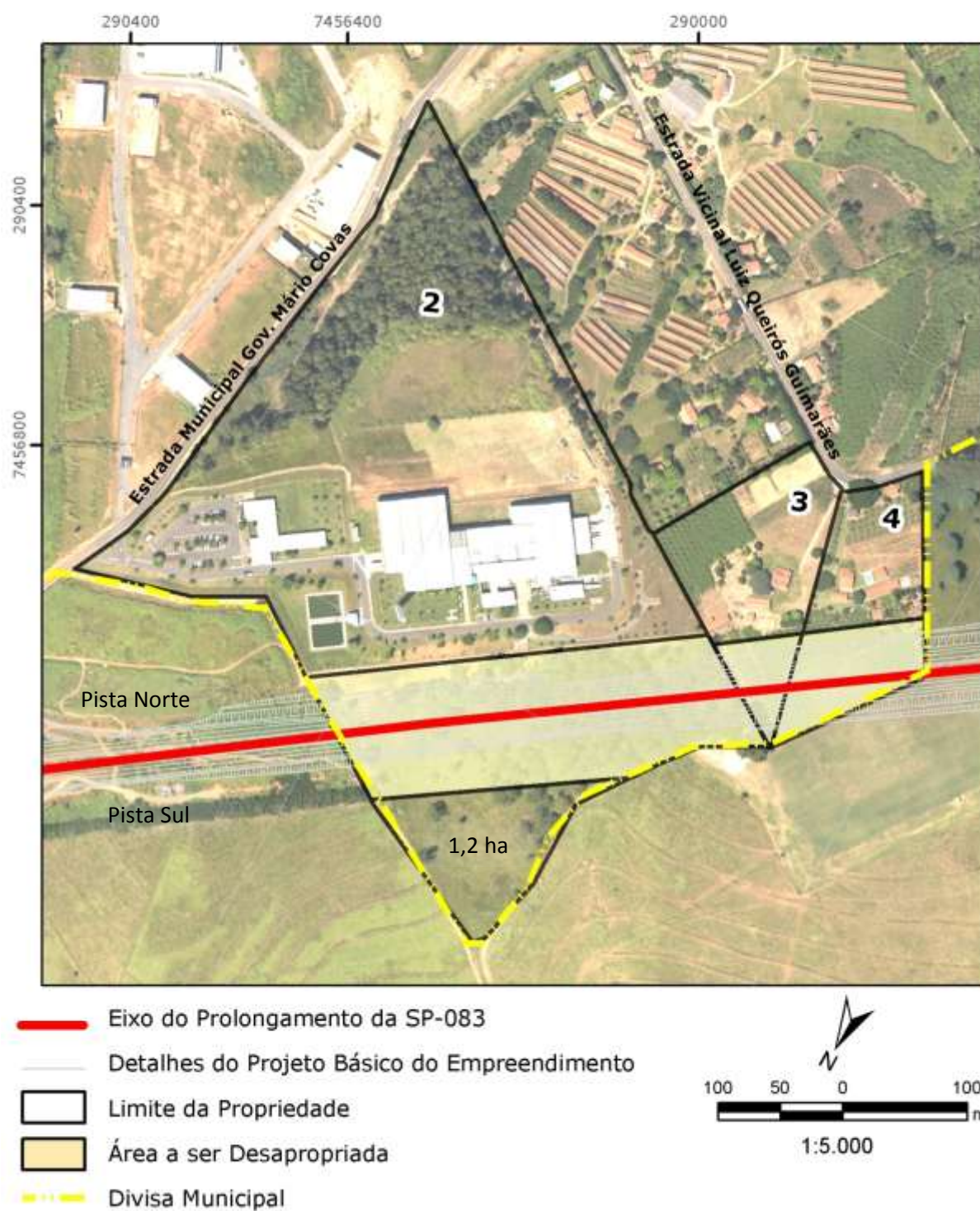


Foto 7.3.3.2-3: Acesso atual pela Estrada Vicinal Luiz Queiros Guimarães, que será mantida com a implantação de uma passagem inferior.



Foto 7.3.3.2-4: Local onde o Prolongamento irá interceptar a Estrada Vicinal, e será implantada nova passagem inferior, ocupando áreas de pastagens lindeiras, pertencentes atualmente à Propriedade 1.

PROPRIEDADES 2, 3 e 4:



➤ PROPRIEDADE 2:

A empresa Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda, realiza suas atividades em área estabelecida na porção lindeira à futura Pista Norte, município de Valinhos, entre as estacas 1.026 e 1.042 do Projeto Básico.

A área total corresponde a pouco mais de 15,0 ha, e a execução das obras irá afetar diretamente 3,3 ha, ou 21,5%.

De acordo com o zoneamento municipal, a área está inserida no Distrito Industrial de Valinhos, e para o IBGE, o setor censitário correspondente é do tipo urbano (tratado como setor 1 nesse estudo).

As intervenções nessa propriedade serão exclusivamente em áreas sem uso definido, atualmente ocupada com adensamento exótico de eucaliptos e gramíneas, não afetando diretamente a atividade principal da unidade industrial. Nenhuma benfeitoria será afetada, somente cercas e porteiras.

Não foi realizada entrevista no local, pois o foco da pesquisa são os produtores rurais, agricultores e pecuaristas.

A desapropriação irá resultar em área remanescente de 1,2 ha, que irá ficar sem acesso à unidade principal. Nesse caso, a concessionária está estudando a possibilidade de aquisição da área para realização de compensação ambiental ou área de apoio.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 2



Foto 7.3.3.2-5: Portaria de acesso da empresa Rigesa, a partir da Estrada Municipal Gov. Mário Covas. As estruturas não serão afetadas pelo empreendimento.



Foto 7.3.3.2-6: Vista do fundo da empresa, área sem uso definido, ocupada com gramíneas e adensamento de eucaliptos, que será desapropriada para a implantação da nova rodovia.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 2



Fotos 7.3.3.2-7 e 8: Vista do fundo da empresa, ocupada com adensamento de eucaliptos, que será desapropriada para a implantação da nova rodovia.

➤ PROPRIEDADE 3:

No município de Valinhos, a área diretamente afetada irá ocupar propriedades inseridas no Distrito Industrial, conforme classificação do Plano Diretor, e setor urbano, segundo o IBGE.

No entanto, foram encontradas 2 propriedades de uso estritamente rural pertencentes a Valinhos. A *Propriedade 3* é uma delas, além de sua vizinha, a *Propriedade 4*.

A área total da *Propriedade 3* é de 1,8 ha, e 0,3 ha serão desapropriados, correspondendo a quase 18% do total. As obras irão afetar porção ao fundo da propriedade, atualmente ocupada com cultivo de goiaba, entre as estacas 1.042 e 1.044 do Projeto Básico. O acesso à propriedade será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal Luiz Queiroz Guimarães.

Nenhuma benfeitoria será afetada. Somente a cerca de divisa de propriedade.

Foi realizada entrevista com o Sr. Marco Antônio, agricultor, 50 anos, filho do proprietário. A família mora na área há mais de 60 anos, e durante a entrevista foi informado que já tinham conhecimento do Prolongamento.

Com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao agricultor durante a entrevista, o proprietário informou que continuará residindo na área após as obras, utilizando a área para a mesma finalidade. Foi declarado também que na propriedade existem 3 funcionários, e nenhum deles será demitido.

De acordo com a percepção do entrevistado, a nova rodovia poderá representar valorização de seu imóvel. E quando questionado sobre eventuais ganhos pessoais com o empreendimento, a expectativa do agricultor é com relação ao capital decorrente da desapropriação, que ele espera investir.

A nova rodovia não representará facilidade de escoamento para esta propriedade, pelo menos em curto prazo, pois atualmente produção de goiaba é direcionada ao CEASA de Campinas e região do Sul de Minas Gerais. Para ambos os destinos é utilizada a malha viária existente (Rodovias Anhanguera, e trecho existente da SP-083/Anel Viário de Campinas).

Com relação aos impactos decorrentes da rodovia, o agricultor enfatizou sua preocupação com eventuais invasões em sua propriedade, pela faixa de domínio da nova rodovia; o ruído que poderá ocasionar incômodos à família; e a preocupação com a água pluvial proveniente da Rodovia, uma vez que sua propriedade encontra-se em posição abaixo do nível da futura pista.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 3



Foto 7.3.3.2-9: Detalhe da área onde será a futura faixa de domínio. À esquerda está o cultivo de goiaba que será substituído. À direita localiza-se um barracão utilizado para armazenamento de maquinário e insumos, que não será afetado; e ao fundo encontram-se os eucaliptos da Propriedade 2.



Foto 7.3.3.2-10: Detalhe do cultivo de goiaba que será substituído para a implantação da nova rodovia.

➤ PROPRIEDADE 4:

A área total da *Propriedade 4* é de 1,6 ha, e 0,7 ha serão desapropriados, correspondendo a quase 45% do total. De forma similar à vizinha (*Propriedade 3*), as obras irão afetar porção ao fundo da propriedade, atualmente ocupada com cultivo de goiaba, agora entre as estacas 1.044 e 1.050 do Projeto Básico.

O acesso também será mantido, pela Estrada Vicinal Luiz Queiroz Guimarães. Nenhuma benfeitoria será afetada. Somente a cerca de divisa de propriedade.

O proprietário não reside na área, e utiliza a propriedade somente como lazer. Para pesquisa, foi entrevistado o Sr. Marco Antônio, morador da *Propriedade 3*, sobrinho da Sra. Michele Ricco, dona da *Propriedade 4*.

Uma vez que a proprietária utiliza a residência somente para lazer (veraneio), o entrevistado afirmou que a Sra. Michele terá condições de permanecer na área, pois as benfeitorias (residência, piscina, churrasqueira, etc) não serão afetadas. O cultivo da goiaba existente na área diretamente afetada é de responsabilidade do caseiro, que tem permissão para plantio e comercialização. Com a construção da rodovia, o agricultor entrevistado acredita que a Sra. Michele não irá demitir o caseiro, mas esse não poderá mais praticar o cultivo da fruta.

Assim como em sua propriedade, o entrevistado julga que a nova rodovia poderá representar valorização do imóvel da Sra. Michele, que também terá ganhos com relação ao capital decorrente da desapropriação.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 4

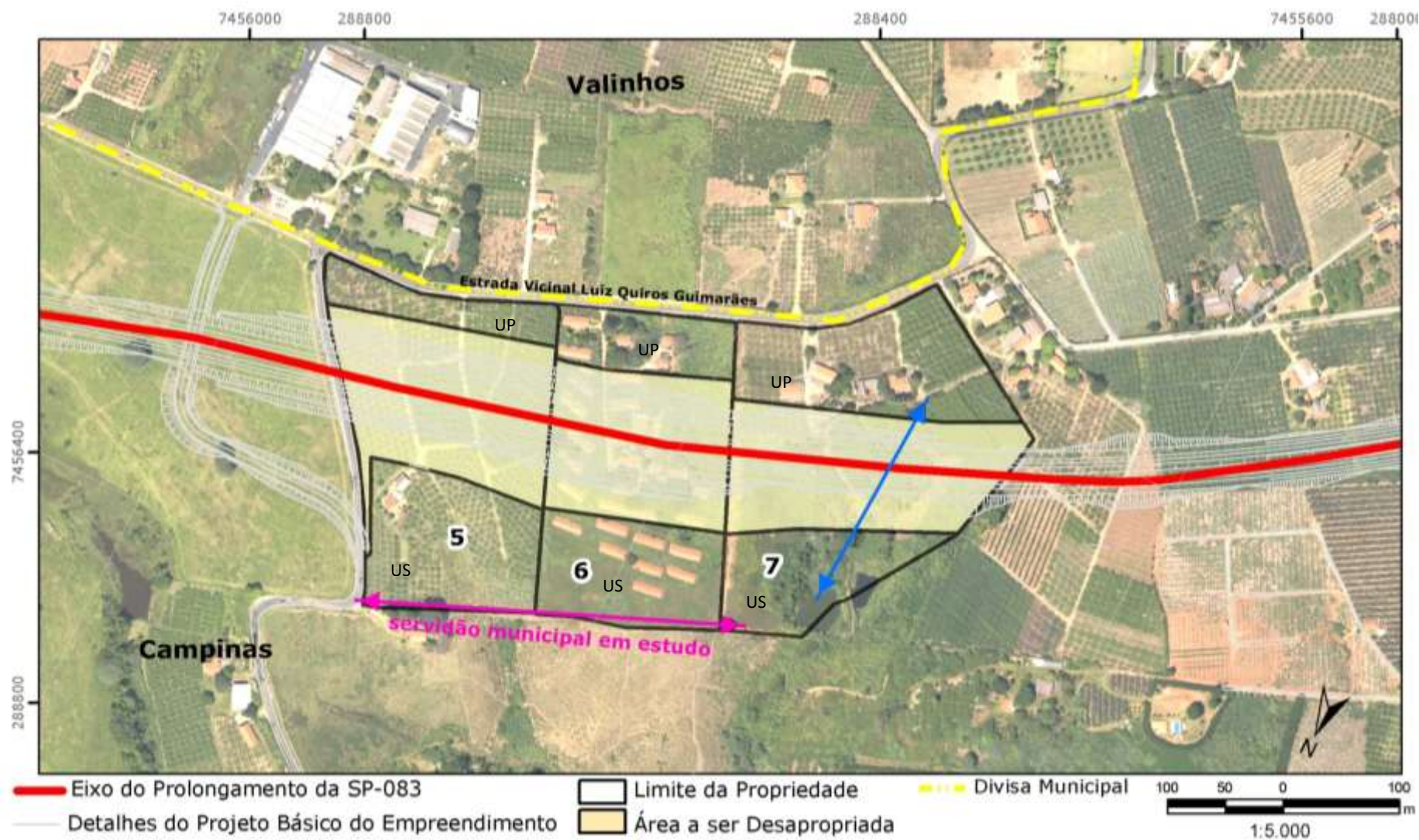


Foto 7.3.3.2-11: Detalhe da área onde será a futura faixa de domínio. À direita está o cultivo de goiaba que será substituído. À esquerda, tanque e residência que não serão afetados.



Foto 7.3.3.2-12: Detalhe do cultivo de goiaba que será substituído para a implantação da nova rodovia.

PROPRIEDADES 5, 6 e 7:



➤ PROPRIEDADE 5:

A *Propriedade 5* está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.009 e 1.109 do Projeto Básico.

A área de desapropriação corresponde a 2,4 ha, ou 51,2% da área total. As obras irão afetar porção atualmente ocupada com cultivo de goiaba, sendo que a implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 5* em duas partes:

1. unidade principal (UP), com 1,7ha, onde encontra-se a residência e barracão de serviços; e
2. unidade secundária (US), faixa de aproximadamente ~25 metros de largura por 200 de comprimento (somando 0,5 ha).

O acesso à porção 1 descrita acima será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal Luiz Queiroz Guimarães. Para acesso à porção 2, encontra-se em estudo a implantação de uma servidão municipal, no fundo das *Propriedades 5* e 6.

Nenhuma benfeitoria será afetada. Somente a cerca de divisa de propriedade.

Foi realizada entrevista com o Sr. Hélio, responsável também pela *Propriedade 7* (onde reside), além de outras propriedades na região, juntamente com outros membros de sua família, que estão ocupando as áreas há mais de 60 anos. Todos já sabiam do Prolongamento, mas não conheciam seu traçado.

A renda de toda a família do Sr. Hélio provém exclusivamente do cultivo de frutas (goiaba), comercializada no CEASA de São Paulo. Foi declarado que a nova Rodovia não trará benefícios ao escoamento do produto, uma vez que o produtor não terá acesso à via (continuará utilizando a estrada vicinal Luiz Queiroz Guimarães para acessar a Rodovia Anhanguera).

Com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao agricultor durante a entrevista, o proprietário informou que continuará utilizando a propriedade para a mesma finalidade – cultivo de goiaba.

Na *Propriedade 5* reside a família de um dos funcionários do Sr. Hélio, que possui 5 funcionários no total. Foi declarado pelo agricultor entrevistado que essa

família permanecerá na área, realizando as mesmas atividades. Nenhum funcionário será demitido.

De acordo com a percepção do entrevistado, o empreendimento não trará ganhos à sua família. Somente prejuízo, decorrente da diminuição da área produtiva.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 5



Foto 7.3.3.2-13: Acesso atual à propriedade, que será mantido após a implantação da rodovia. Parte do cultivo de goiaba mostrado na foto será substituída pela rodovia, restando uma faixa de aproximadamente 25 metros na frente da propriedade.

➤ PROPRIEDADE 6:

A *Propriedade 6* também está na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), setor censitário 7A – rural, mas entre as estacas 1.109 e 1.117 do Projeto Básico.

Trata-se da antiga Granja Tada, hoje abandonada. A área de desapropriação corresponde a 2,0 ha, ou 58% da área total. As obras irão dividir a *Propriedade 6* em duas partes:

1. unidade principal na frente da propriedade, de aproximadamente ~50 metros de largura por 175 de comprimento (somando 0,9 ha), onde está a residência principal da família que reside na área; e
2. unidade secundária ao fundo da propriedade, com 1,4 ha, onde encontram-se barracões abandonados.

O acesso à porção 1 descrita acima será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal Luiz Queiroz Guimarães. Para acesso à porção 2, encontra-se em estudo a implantação de uma servidão municipal, no fundo das *Propriedades 5 e 6*.

Foi realizada entrevista com o Sr. Mário Tada, que reside na propriedade há mais de 40 anos, e era responsável pela granja. Ele declarou que já tinha conhecimento do empreendimento, mas não sabia exatamente onde seria o traçado.

Será desapropriada área ocupada com 9 galpões abandonados, da antiga granja, e 4 residências de ex-funcionários, hoje todas utilizadas para fins de aluguel, onde moram 4 famílias, somando 20 pessoas. O Sr. Mário declarou que nenhum inquilino trabalha em sua propriedade, e sua única fonte de renda é o valor dos aluguéis.

O Sr. Mário e sua família residem na moradia que será mantida na unidade principal. No entanto, mesmo que seja garantida a sua permanência na área, foi declarado que a família pretende se mudar da área, de modo que o empreendimento representa um ganho para o proprietário, que não utiliza a propriedade de mais de 4 ha em zona rural para atividades agrícolas ou pecuária.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 6



Foto 7.3.3.2-14: Detalhe dos galpões abandonados existentes na propriedade, utilizados no passado para abrigar frangos (granja).



Foto 7.3.3.2-15: Detalhe das residências utilizadas para aluguel.

➤ PROPRIEDADE 7:

A *Propriedade 7* está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.117 e 1.129 do Projeto Básico.

A área de desapropriação corresponde a 2,4 ha, ou 44% da área total. As obras irão afetar porção atualmente ocupada com cultivo de goiaba, sendo que a implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 7* em duas partes:

1. unidade principal de 1,8 ha, onde estão as residências da família, e
2. unidade secundária, de 1,2 ha, onde cultiva-se goiaba.

O acesso à porção 1 descrita acima será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal Luiz Queiroz Guimarães. Para acesso à porção 2, encontra-se em estudo a implantação de uma servidão municipal, no fundo das *Propriedades 5 e 6*.

Somente um pequeno barracão será afetado. As duas residências serão preservadas.

O proprietário entrevistado foi o Sr. Hélio, responsável também pela *Propriedade 5*, conforme já relatado. Na área existem 2 residências familiares e 1 para a família de um de seus funcionários. Ao todo, 10 pessoas moram no local.

O proprietário informou que continuará utilizando a propriedade para a mesma finalidade – cultivo de goiaba e moradia. Também foi declarado pelo agricultor que a família de funcionários permanecerá na área, realizando as mesmas atividades. Nenhum funcionário será demitido.

De acordo com a percepção do entrevistado, o empreendimento não trará ganhos à sua família. Somente prejuízo, decorrente da diminuição da área produtiva.

Com relação aos impactos decorrentes da rodovia, o agricultor enfatizou a possibilidade de ficar sem acesso ao ponto de captação de água fluvial, para utilização em sua lavoura. Quanto a esse fato, a concessionária estuda alternativa para promover a transposição do sistema de captação de água do proprietário, de modo que o proprietário permaneça com as mesmas condições após a implantação da rodovia.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 7

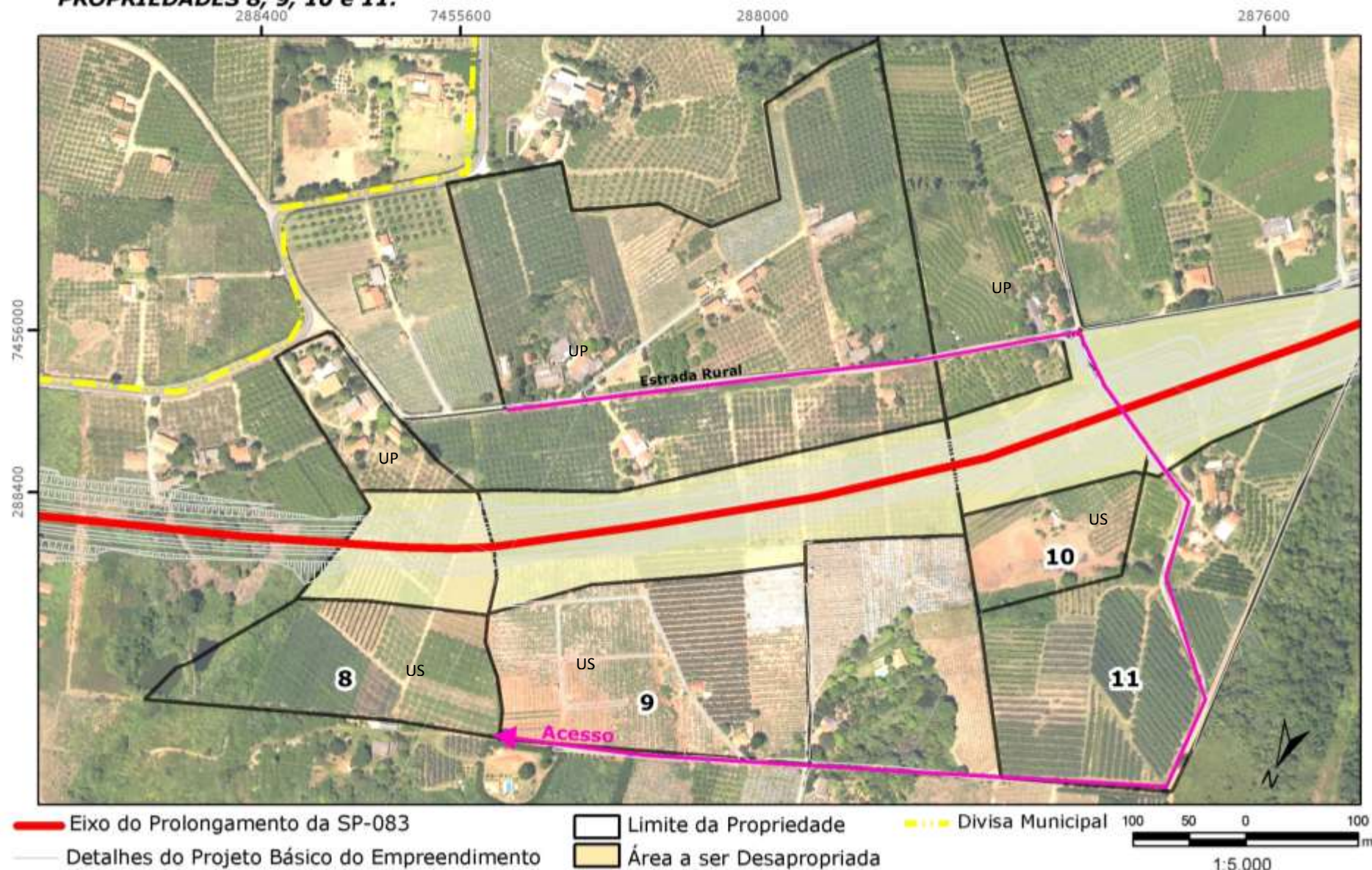


Foto7.3.3.2-16: Detalhe do acesso à propriedade. À esquerda a residência do Sr. Hélio. À direita/fundo, residência da família de um de seus funcionários.



Foto7.3.3.2-17: Segunda residência da família do Sr. Hélio, onde reside sua mãe. Todas as residências mostradas no registro fotográfico não serão afetadas pelo empreendimento.

PROPRIEDADES 8, 9, 10 e 11:



➤ PROPRIEDADE 8:

A *Propriedade 8* está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.129 e 1.134 do Projeto Básico.

A área de desapropriação corresponde a 1,4 ha, ou 28% da área total. As obras irão afetar porção atualmente ocupada com cultivo de goiaba e pêssego, sendo que a implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 8* em duas porções:

1. unidade principal de 1,0 ha, onde estão as residências da família, e
2. unidade secundária, de 2,6 ha, onde cultiva-se goiaba e pêssego.

O acesso à porção 1 descrita acima será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal Luiz Queiroz Guimarães. Para acesso à unidade secundária, será possível utilizar a passagem inferior a ser implantada na altura da estaca 1.168, e estradas rurais já existentes, percorrendo cerca de 1.800 metros.

Foi realizada entrevista com o Sr. Marcos, residente na propriedade, filho do proprietário. A família está na região há mais de 50 anos. Todos já sabiam do Prolongamento, mas não conheciam seu traçado.

Existem 5 residências na área: 2 delas são da família, onde moram 6 pessoas; e outras 3 casas moram as famílias dos funcionários. Nenhuma benfeitoria será afetada. Somente a cerca de divisa de propriedade.

A renda da família do Sr. Marcos residente na propriedade provém exclusivamente do cultivo de frutas (goiaba e pêssego), mas com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao agricultor durante a entrevista, o proprietário informou que não sabe se terá condições de permanecer na área, utilizando a propriedade para a mesma finalidade. Isso porque a unidade secundária ficará próxima ao bairro '*Buraco do Sapo*', periferia de Campinas, e ele teme a invasões, prejuízos à sua lavoura e ameaças de morte.

Assim, ele não soube informar se algum funcionário será demitido. Irá depender da futura condição de produtividade da unidade secundária, agora distante 1.800 metros da unidade principal.

Segundo o Sr. Marcos “se hoje já está difícil segurar o pessoal do ‘Buraco do Sapo’ que invade minha propriedade para nadar no rio e roubar frutas, imagina com a rodovia...’.

A situação de incerteza não permitiu que o proprietário concluísse sobre eventuais ganhos decorrentes da implantação das obras: ao mesmo tempo que representa prejuízo pela diminuição da área produtiva e divisão da propriedade em 2 porções, pode representar vantagem se os irmãos e o pai concordarem em vender tudo, e a família se mudar da região.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 8



Foto 7.3.3.2-18: Momento da entrevista com o Sr. Marcos, em frente a sua residência.



Foto 7.3.3.2-19: No detalhe, cultivo agrícola que passará a compor a unidade secundária, desconectada das residências.

➤ PROPRIEDADE 9:

A *Propriedade 9* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.134 e 1.159 do Projeto Básico.

Hoje, soma quase 20,0 ha, e é cortada pela estrada rural em terra que dá acesso a essa e outras propriedades da região.

A área de desapropriação corresponde a 3,8 ha, ou 20% da área total. As obras irão afetar porção atualmente ocupada com cultivo de goiaba, sendo que a implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 9* em duas porções:

1. unidade principal, com mais de 10,0 ha, onde estão as residências da família, cultiva-se goiaba, e aloca a estrada rural de acesso, e

2. unidade secundária, de 4,2 ha, onde somente cultiva-se goiaba.

O acesso à porção 1 descrita acima será mantido, hoje realizado por estrada rural em terra,. Para acesso à unidade secundária, será possível utilizar a passagem inferior a ser implantada na altura da estaca 1.168, e estradas rurais já existentes, percorrendo cerca de 1.200 metros.

Foi realizada entrevista com o proprietário, Sr. Katsuyo, residente na propriedade desde 1957. Ele já estava ciente do Prolongamento, mas não conhecia seu traçado.

O Sr. Katsuyo e sua família residem na propriedade desde 1957, em área que não sofrerá intervenção direta pelas obras. Existe também um galpão que é utilizado para armazenar a produção de goiaba, e atualmente outro galpão está sendo construído ao lado do existente. Mas nenhuma benfeitoria será afetada.

A renda da família do Sr. Katsuyo provém exclusivamente do cultivo de frutas (goiaba). Com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao agricultor durante a entrevista, o proprietário informou que terá condições de permanecer na área, mas devido a redução da área, provavelmente terá que demitir seus funcionários que trabalham na lavoura.

Essa situação levou o proprietário a concluir que a implantação da rodovia representará prejuízos à sua família e às pessoas que trabalham para ele, pela diminuição de sua área produtiva. O agricultor ressaltou que não sabe se conseguirá atender aos seus clientes com a diminuição da área.

Quando foi questionado sobre como será depois da rodovia? Sua resposta foi: *"Como será? Eu é que pergunto. Como será?"*.

Com relação aos impactos decorrentes da rodovia, o agricultor enfatizou a possibilidade de ficar sem acesso ao outro lado. No entanto, foi demonstrado ao agricultor que o acesso à unidade secundária será possível devido a passagem inferior a ser implantada na altura da estaca 1.168.

Esse agricultor também arrenda a *Propriedade 17*, e parte de sua produção será diretamente afetada nessa outra área também. Lá moram 2 famílias de meeiros, que dividem a produção com o arrendatário. Após a desapropriação, ele declarou que irá interromper o contrato com os meeiros, pois não terá mais áreas viáveis na região.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 9



Foto7.3.3.2-20: Momento da entrevista com o Sr. Katsuyo, na área onde está sendo construído outro galpão.

➤ PROPRIEDADE 10:

A *Propriedade 10* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.159 e 1.164 do Projeto Básico.

Hoje, soma 7,0 ha, e é cortada pela estrada rural em terra que dá acesso a essa e outras propriedades da região.

A área de desapropriação corresponde a 1,5 ha, ou 21,6% da área total. As obras irão afetar porção atualmente ocupada com cultivo de goiaba e carambola, sendo que a implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 10* em duas porções:

1. unidade principal, com 4,2 ha, onde encontra-se a residência da família, cultiva-se goiaba e carambola, e aloca a estrada rural de acesso, e
2. unidade secundária, de 1,3 ha, onde cultiva-se goiaba e carambola e encontra-se a residência de funcionários.

O acesso à porção 1 descrita acima será mantido, hoje realizado por estrada rural em terra. Para acesso à unidade secundária, será possível utilizar a passagem inferior a ser implantada na altura da estaca 1.168, percorrendo cerca de 300 metros.

Foi realizada entrevista com o proprietário, Sr. Salvador Shimoda, residente na propriedade com sua família. Todos já sabiam do Prolongamento, mas não conheciam seu traçado.

Existem 3 residências na área: 2 delas são da família, onde moram 6 pessoas; e na outra casa mora a família de um funcionário. Nenhuma benfeitoria será afetada. Somente a cerca de divisa de propriedade.

A renda da família do Sr. Salvador provém exclusivamente do cultivo de frutas (goiaba e carambola). Com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao agricultor durante a entrevista, o proprietário informou que continuará com as mesmas atividades, porém perderá a melhor área produtiva de sua propriedade.

Foi informado também que seu funcionário terá que ser demitido, pois não haverá área suficiente para sua mão de obra.

Tal situação leva o proprietário a concluir que não obterá ganhos decorrentes da implantação das obras, pois haverá diminuição de sua área produtiva, somado ao fato que a área diretamente afetada corresponde à área mais produtiva.

Com relação aos impactos decorrentes da rodovia, o agricultor também enfatizou a possibilidade de ficar sem acesso ao outro lado de sua propriedade. No entanto, foi demonstrado ao agricultor que o acesso à unidade secundária será possível devido a passagem inferior a ser implantada na altura da estaca 1.168, em frente à sua propriedade.

O entrevistado relatou também que tem “medo que o aumento da poluição diminua a produtividade”, referindo-se à fumaça dos veículos. E também está preocupado com invasões, para furto de sua produção.

➤ **PROPRIEDADE 11:**

A *Propriedade 11* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.164 e 1.177 do Projeto Básico.

Hoje, soma 8,0 ha, e é cortada pela estrada rural em terra que dá acesso a essa e outras propriedades da região.

A área de desapropriação corresponde a 2,6 ha, ou 32,2% da área total. As obras irão afetar porção da propriedade atualmente ocupada com cultivo de goiaba.

O acesso à propriedade será mantido, hoje realizado por estrada rural em terra.

Foi realizada entrevista com proprietário, o Sr. Sérgio, residente na propriedade. Ele e sua família já sabiam do Prolongamento desde a década de 70, mas não conheciam seu traçado.

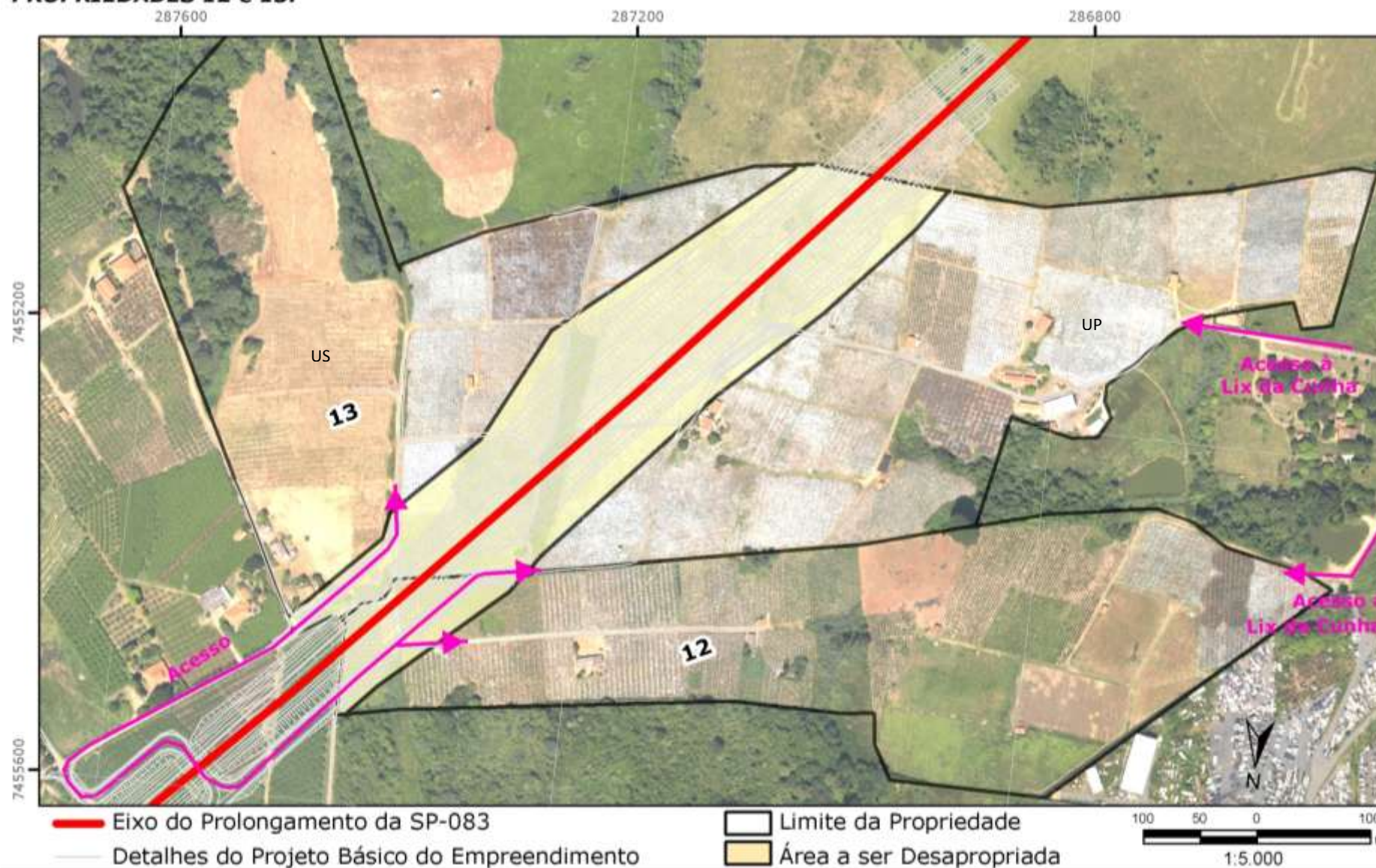
Na área existem 4 residências: em uma delas moram 3 pessoas da família do Sr. Sérgio; em outra casa moram as famílias de 2 funcionários; e as outras 2 casas estão desocupadas. Nenhuma benfeitoria será afetada. Somente a cerca de divisa de propriedade.

A renda da família do Sr. Sérgio provém exclusivamente do cultivo de frutas (goiaba). Com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao agricultor durante a entrevista, o proprietário informou que não tem como afirmar se terá condições de permanecer na área, utilizando a propriedade para a mesma finalidade. Isso porque sua área diminuirá e talvez o cultivo restante não seja suficiente para seu sustento.

Decorrente a esse fato, ele informou que provavelmente algum de seus funcionários (hoje 2 são empregados na área) terá que ser demitido.

O aumento do ruído próximo a residência de seus pais e a diminuição significativa da área mais produtiva (com melhor relevo para plantio e a utilização de maquinário) foram os itens mais ressaltados durante a entrevista. O agricultor teme também que sua produção seja roubada por pessoas que utilizarão a rodovia e andarilhos.

PROPRIEDADES 12 e 13:



➤ PROPRIEDADE 12:

A *Propriedade 12* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.177 e 1.180 do Projeto Básico.

Hoje, soma 12,8 ha, e é cortada pela linha de duto da Petrobrás que intersecta a ADA. A área de desapropriação será inferior a 1,0 ha, ou 7,1% da área total. As obras irão afetar porção da propriedade atualmente ocupada com cultivo de figo.

O acesso é realizado pelos dois extremos da propriedade, e ambos serão mantidos. Um deles, que promove ligação com o bairro rural, sofrerá intervenção das obras e será remanejado e direcionado à passagem inferior a ser implantada na altura da estaca 1.168. O outro acesso faz ligação com a Avenida Lix da Cunha, via que promove ingresso às rodovias Anhanguera e Santos Dumont/Bandeirantes, facilitando o escoamento da produção.

Não foi realizada entrevista nessa propriedade, mas de acordo com a proporção de área desapropriada, e os acessos garantidos à área, pode-se concluir que o produtor terá condições de manter as mesmas atividades realizadas atualmente.

➤ PROPRIEDADE 13:

A *Propriedade 13* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.180 e 1.207 do Projeto Básico.

Hoje, soma quase 30,0 ha, e é cortada pela linha de duto da Petrobrás que intersecta a ADA, é por estrada rural em terra que dá acesso a essa e outras propriedades da região.

A área de desapropriação será de 6,7 ha, ou 22,47% da área total. As obras irão afetar porção da propriedade atualmente ocupada com cultivo de figo, sendo que a implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 13* em duas porções:

1. unidade principal, com 11,5 ha, onde cultiva-se figo, encontram-se residências de funcionários (o proprietário não mora na área), e a unidade de armazenamento e embalagem do produto (agroindústria);

2. unidade secundária, com área equivalente (11,7 ha), onde cultiva-se figo e encontra-se a residência da família de um dos funcionários.

Assim como na *Propriedade 12*, o acesso é realizado pelos dois extremos da propriedade, e ambos serão mantidos. Um deles, que promove ligação com o bairro rural, sofrerá intervenção das obras e será remanejado e direcionado à passagem inferior a ser implantada na altura da estaca 1.168. Essa mesma passagem inferior irá promover a ligação entre as unidades da propriedade resultantes da implantação do empreendimento.

O outro acesso faz ligação com a Avenida Lix da Cunha, via que promove ingresso às rodovias Anhanguera e Santos Dumont/Bandeirantes, facilitando o escoamento da produção.

Foi realizada entrevista com o Sr. Salvador Orlando Broto, que já tinha conhecimento do empreendimento, mas não de seu traçado.

Ele possui a área há 23 anos, mas não possui residência no local. Em sua propriedade, há 12 famílias residentes entre meeiros e funcionários. Nenhuma delas será afetada diretamente com as obras.

Somente 3 pequenos galpões que são utilizados para armazenamento de insumos para a agricultura deverão ser removidos para a implantação do empreendimento.

A renda da família do Sr. Salvador provém exclusivamente do cultivo de frutas (figo), mas com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao agricultor durante a entrevista, o proprietário informou que não sabe se terá condições de continuar com as mesmas atividades na área.

Isso se deve ao fato de que sua maior renda decorre dos figos que são exportados, e com a diminuição da área ele teme perder seu certificado para exportação. Assim, ele não soube informar quanto às demissões de alguns de seus funcionários. Irá depender da futura condição de produtividade da propriedade que restará.

Quanto ao escoamento da produção, informou que o empreendimento não irá facilitar em curto prazo, pois ele utiliza o Aeroporto de Guarulhos para suas exportações, e continuará fazendo as viagens pelas vias já existentes.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA *PROPRIEDADE 13*

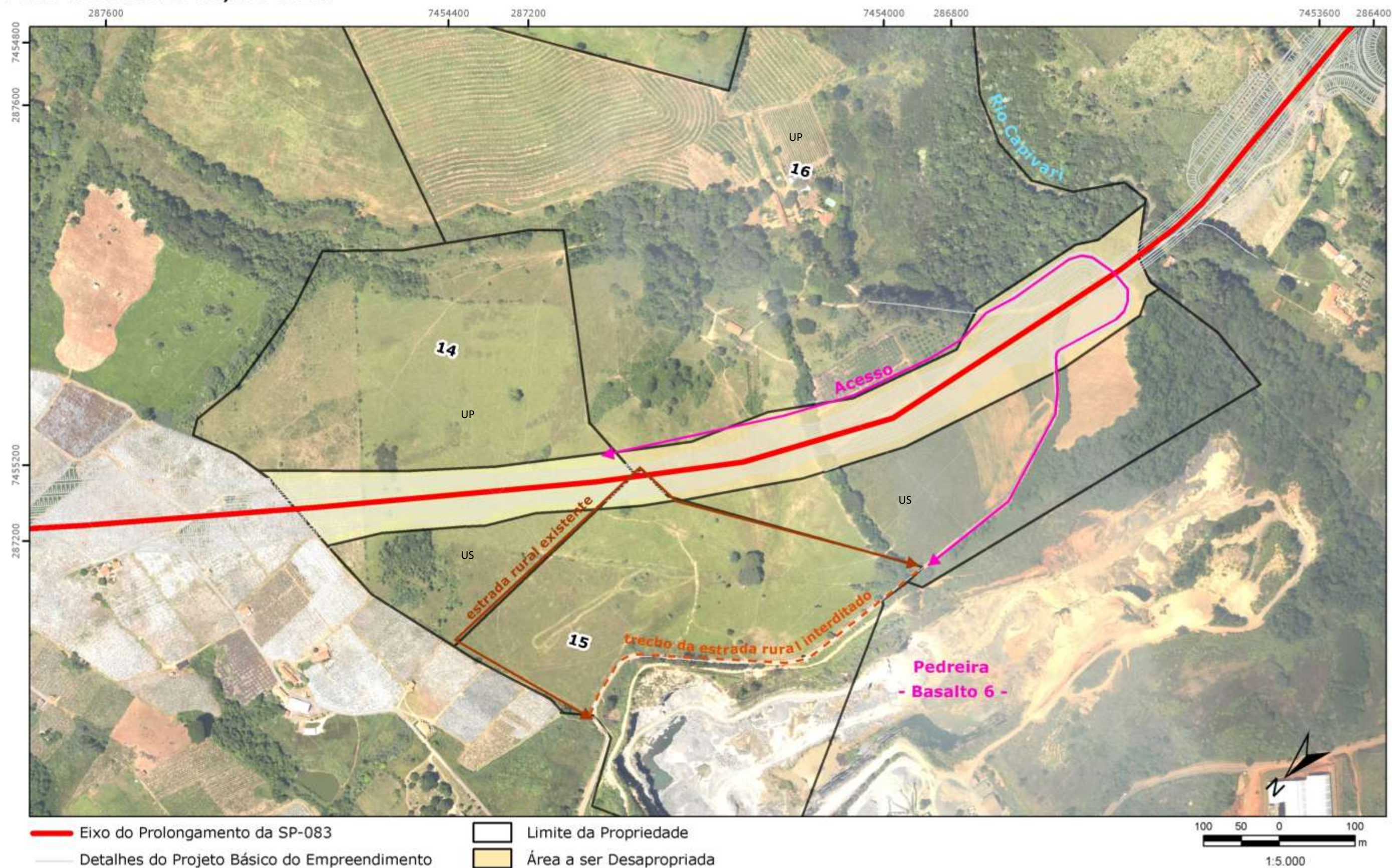


Foto7.3.3.2-21: Porção da *Propriedade 13*, que será desapropriada. Em destaque os pequenos galpões que serão afetados pela rodovia.



Foto7.3.3.2-22: Em destaque unidade de armazenamento e embalagem da produção (agroindústria) e residências de funcionários que não serão afetadas diretamente pelas obras.

PROPRIEDADES 14, 15 e 16:



➤ PROPRIEDADE 14:

A *Propriedade 14* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.207 e 1.235 do Projeto Básico.

Soma 19,0 ha, sendo que a área a ser desapropriada será de 3,4 ha, ou 18% da área total. As obras irão afetar porção da propriedade atualmente ocupada com pastagem, sendo que a implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 14* em duas porções:

1. unidade principal, com 12,6 ha, utilizada para pastagem e cultivo de milho; não há residências no local (o proprietário não mora na propriedade);
2. unidade secundária, com 3,0 ha, utilizada somente para pastagem.

Recentemente, parte da fazenda foi vendida à Pedreira Basalto (não contabilizada no quantitativo acima). Essa transferência acarretou alteração no traçado da estrada rural que faz a divisa entre as propriedades citadas.

O acesso à unidade secundária da propriedade será mantido, hoje realizado pela estrada rural em terra já remanejada. E o acesso à unidade principal será realizado pela estrada em terra e acesso a ser executado entre a faixa de domínio e a *Propriedade 16*. A futura rodovia irá transpor a estrada de terra, através da ponte sobre o Rio Capivari.

Foi realizada entrevista com o Sr. Tiago Duarte da Conceição, dono da propriedade, mas que não reside no local. Na propriedade não existem residências. Constitui-se de área utilizada para pastagens e o cultivo de grãos.

O proprietário declarou que já estava ciente do Prolongamento, mas não conhecia seu traçado.

Cerca de 10% da renda da família do Sr. Tiago provém da pecuária (criação de gado) obtida na propriedade. Mas além dessa, o proprietário possui renda proveniente de um escritório de advocacia.

Com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao proprietário durante a entrevista, ele entende que parte de sua propriedade ficará com acesso dificultado. Acredita que a diminuição da área e a fragmentação da

propriedade será difícil manter as atividades realizadas, e que talvez terá que demitir todos seus funcionários (4 pessoas no total). O entrevistado informou inclusive que tem interesse em vender toda a área, caso a concessionária tenha interesse.

Para encerrar, o proprietário conclui que o empreendimento causará impacto negativo, pois a rodovia ocasionará o isolamento, ao mesmo tempo em que expõe os limites da propriedade, pois a proximidade com a rodovia facilitará a entrada na propriedade através da violação da cerca, o que pode aumentar o índice de roubos de frutas, gado e outros tipos de culturas.

➤ PROPRIEDADE 15:

Um pequeno segmento da ADA, altura da estaca 1.235 do Projeto Básico, irá afetar diretamente propriedade da Pedreira Basalto 6 – recentemente adquirida da *Propriedade 14*.

A *Propriedade 15* ainda está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural.

A área recentemente adquirida soma 17,1 ha, sendo que somente 0,2 ha (ou 1,4%) serão desapropriados para a construção da nova rodovia.

Antigamente, era utilizada para pastagem. E agora está sem uso definido, ocupada com gramíneas, reservada para a expansão da frente de exploração da Pedreira (em consulta a processos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, não foi constatada autorização para lavra na área correspondente à *Propriedade 15*).

Não foi realizada entrevista nessa propriedade, mas de acordo com a proporção de área desapropriada, e os acessos garantidos à área, pode-se concluir que o produtor terá condições de manter as mesmas atividades realizadas atualmente.

➤ PROPRIEDADE 16:

A *Propriedade 16* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 7A – rural, entre as estacas 1.235 e 1.267 do Projeto Básico.

Soma quase 53,0 ha, sendo que a área a ser desapropriada será de 7,1 ha, ou 13,4% da área total. As obras irão afetar porção da propriedade atualmente ocupada com cultivo agrícola e fragmento de vegetação, devido a proximidade com o Rio Capivari.

A implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 16* em duas porções:

1. unidade principal, com 36 ha, utilizada para pastagem, cultivo agrícola e residência, além da presença de fragmento de vegetação;
2. unidade secundária, com 9,8 ha, utilizada com cultivo agrícola, e presença de fragmento de vegetação.

O acesso às duas unidades será pela estrada rural em terra, quenão será afetada pelas obras, uma vez que a estrada continuará em operação após a construção da rodovia, sob a ponte sobre o Rio Capivari.

Foi realizada entrevista com o Sr. Francisco, dono e residente na propriedade, ele já está ciente do Prolongamento, mas não conhecia seu traçado.

Existem 10 residências na área: 1 delas é de moradia da família; e nas outras 9 casas moram seus funcionários com as famílias. Nenhuma benfeitoria será afetada. Somente a cerca de divisa de propriedade.

A renda da família do Sr. Francisco provém parte do cultivo de frutas (goiaba, manga, siriguela, lichia, banana e coco). E o agricultor é aposentado.

A fazenda está em fase de investimento, pois o Sr. Francisco assumiu a propriedade a pouco tempo, após o falecimento de sua mãe. Com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao entrevistado, o proprietário informou que terá condições de permanecer na área, porém perderá a única área que atualmente é produtiva, onde está concentra sua renda.

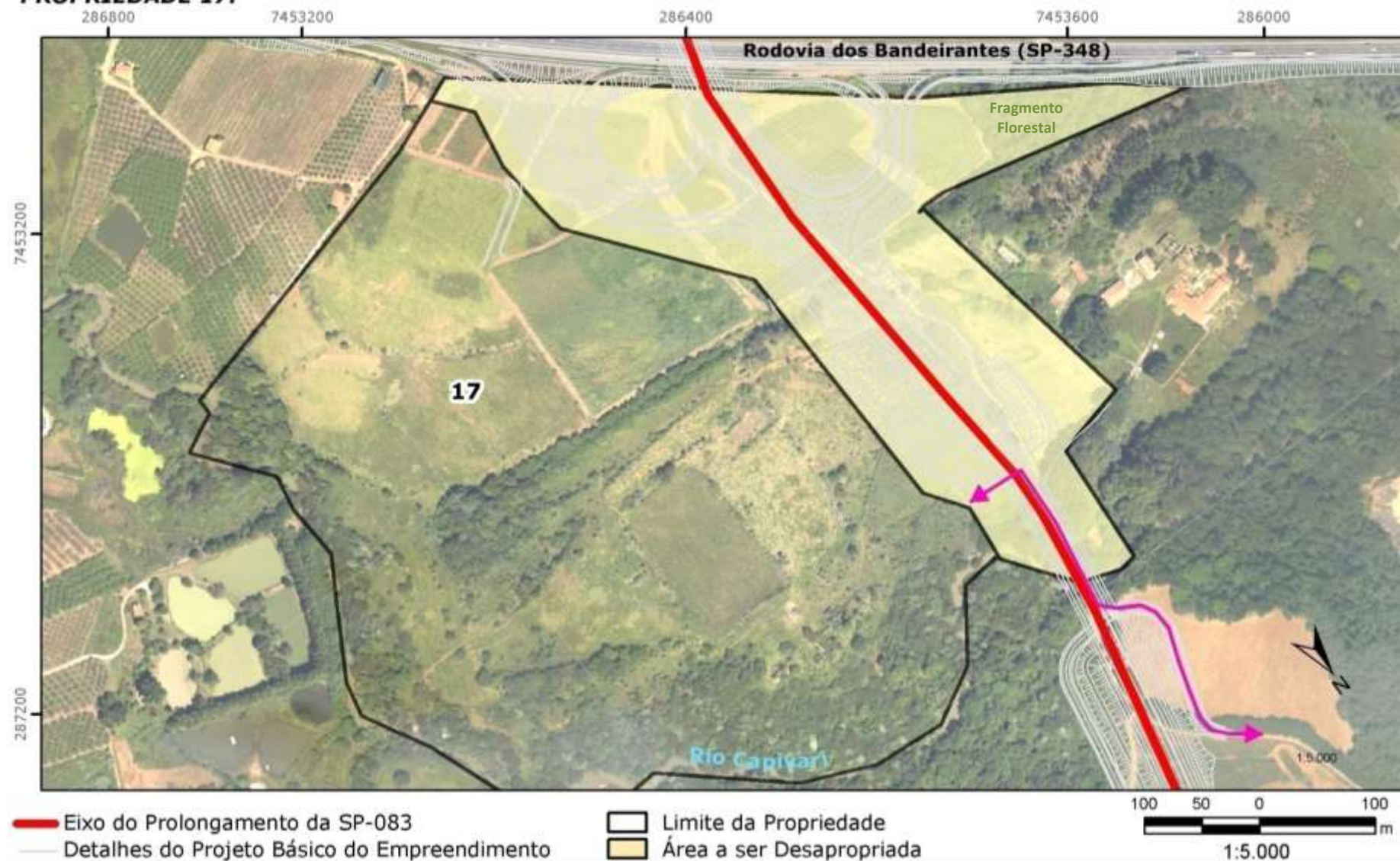
Foi informado que 2 funcionários deverão ser demitidos, pois perderá a área atualmente produtiva.

O Sr. Francisco disse que se sentirá ilhado com a construção da rodovia, e que deverá resolver problemas com a irrigação e a energia elétrica que abastece a fazenda.

A partir de tal situação o proprietário concluiu que o empreendimento não trará nenhum ganho pessoal, porque além da falta de acessos considera que terá problemas com o ruído ocasionado pela rodovia.

Com relação aos impactos decorrentes da rodovia, o agricultor enfatizou a possibilidade de ficar sem acesso ao ponto de captação de água fluvial e a energia elétrica, para utilização em sua lavoura. Quanto a esse fato, a concessionária estuda alternativa para promover a transposição do recurso hídrico canalizado, bem como de novas linhas de transmissão de energia, de modo que o proprietário permaneça com as mesmas condições após a implantação da rodovia.

PROPRIEDADE 17:



➤ PROPRIEDADE 17:

A *Propriedade 17* está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), no setor censitário 3B – rural, entre as estacas 1.267 e 1.293 do Projeto Básico.

Soma 36,7 ha, entre o Rio Capivari e a Rodovia dos Bandeirantes (SP-348). A área de desapropriação será de 11,4 ha, ou 31,2% da área total. As obras irão afetar porção da propriedade atualmente ocupada com cultivo agrícola (frutas) e pastagem, além da presença de fragmento de vegetação próximo ao Rio Capivari.

O acesso a propriedade será pela estrada rural em terra, que não será afetada pelas obras, uma vez que a estrada continuará em operação após a construção da rodovia, sob a ponte sobre o Rio Capivari.

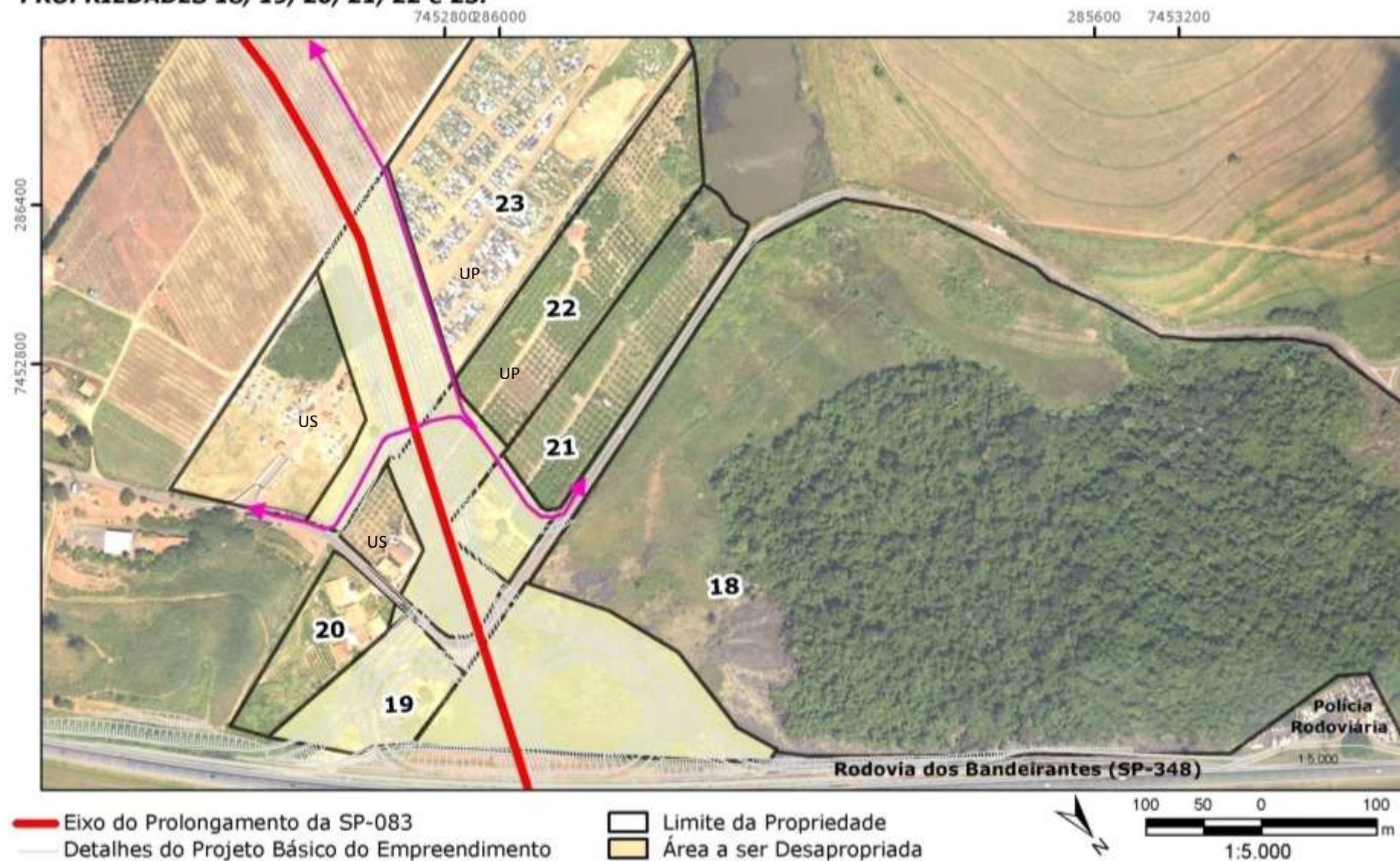
Foi constatada a presença de um fragmento florestal próximo ao local onde será implantada a alça de acesso à Rodovia dos Bandeirantes (SP-348). Optou-se por englobar tal fragmento na faixa de domínio para evitar área remanescente improdutiva. Mas ressalta-se que o fragmento não será afetado.

Foi realizada entrevista com o proprietário, Sr. Osvaldo Leite, que já tinha ciência do Prolongamento há 2 anos, mas não conhecia seu traçado. O entrevistado não mora na propriedade, e sua renda provém em parte da propriedade, que é arrendada ao Sr. Katsuyo (*Propriedade 9*) para produção de frutas.

Com base na delimitação da área de interferência demonstrada durante a entrevista, o proprietário informou que sua gleba de terra será consideravelmente prejudicada e que não conseguirá mais arrendar a terra para a produção agrícola. Após a desapropriação, o Sr. Osvaldo pretende construir barracões para serviços. Não pretende mais arrendar.

Decorrente da implantação das obras, o entrevistado afirmou que apenas obterá prejuízos, pois sua área será desapropriada em grande porção por conta das alças de acessos, e também sofrerá com a exclusão por conta da falta de acessos diretos a sua propriedade, onde serão realizadas apenas por estradas rurais secundárias.

PROPRIEDADES 18, 19, 20, 21, 22 e 23:



➤ PROPRIEDADE 18:

A *Propriedade 18* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 3B – rural, entre as estacas 1.300 e 1.305 do Projeto Básico.

Soma 33,1 ha, sendo que a área a ser desapropriada será de 2,7 ha, ou 8,2% da área total, necessária à implantação das alças de acesso entre a nova Rodovia e a Bandeirantes (SP-348).

Não foi registrada atividade econômica na área. Foi observado somente fragmento florestal, e área sem uso definido, ocupada com gramíneas. Não há residências ou benfeitorias na propriedade. As obras irão afetar porção da propriedade ocupada com gramíneas (campo antrópico).

O acesso à unidade secundária da propriedade será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal José Nogueira.

Não foi realizada entrevista nessa propriedade.

➤ PROPRIEDADE 19:

A *Propriedade 19* está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), divisa entre os setores censitário 3B e 8 – ambos de característica rural, entre as estacas 1.300 e 1.305 do Projeto Básico.

O lote é constituído de apenas 1,0 ha, e será desapropriado na íntegra devido a implantação das alças de acesso entre a nova Rodovia e a Bandeirantes (SP-348).

Foi realizada entrevista com o Sra. Maria das Dores, residente da área, e responsável também pela *Propriedade 20*. Ela declarou que tinha conhecimento do Prolongamento há pouco mais de um ano, mas não conhecia seu traçado.

Existem 6 residências na área, onde moram 22 pessoas, todas pertencentes à família da Sra. Maria. As benfeitorias da área 19 (onde moram 10 pessoas) serão totalmente afetadas pelas alças de acesso. Já na *Propriedade 20* (12 pessoas), está sendo realizado estudo de contenção para minimizar as intervenções, de modo que nenhuma residência seja afetada.

A renda principal da família da Sra. Maria não tem origem da propriedade, que é utilizada para obtenção de renda complementar: venda de frutas em pequena escala. Um de filhos tem uma transportadora, utiliza a propriedade somente para guardar caminhões.

Com base na delimitação da área de interferência demonstrada a ela durante a entrevista, a proprietária tomou conhecimento de que não terá condições de permanecer na área, pois a área onde mora será totalmente afetada. Ela informou que os negócios do filho também serão prejudicados, pois ele precisará de outro local para guardar os caminhões.

Esse já é o segundo processo de desapropriação que afetará a propriedade da Sra. (o primeiro foi decorrente da implantação da Rodovia dos Bandeirantes) e de acordo com sua experiência anterior, ela não visualiza nenhum tipo de benefício, pois será uma rodovia sem acessos e segundo ela, nem mesmo seu filho que trabalha com transporte será beneficiado.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 19



Foto 7.3.3.2-23: Chácara Vista Alegre pertencente a Sra. Maria das Dores que deverá ser desapropriada para implantação da rodovia.



Foto 7.3.3.2-24: Entrevista realizada a Sra. Maria das Dores proprietária da Chácara Vista Alegre / Lote 8. Sua propriedade será 100% afetada.

➤ PROPRIEDADE 20:

A *Propriedade 20* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), divisa entre os setores censitário 3B e 8 – ambos de característica rural, entre as estacas 1.300 e 1.305 do Projeto Básico.

O lote é constituído de apenas 1,0 ha, conjugado à *Propriedade 19*. A área de desapropriação será inferior a 0,1 ha, necessária somente para a base do aterro das alças de acesso entre a nova Rodovia e a Bandeirantes (SP-348).

O acesso à propriedade será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal José Nogueira.

A Sra. Maria, residente da *Propriedade 19*, respondeu por toda a família (22 pessoas), residente em ambas as áreas.

➤ *PROPRIEDADE 21:*

A *Propriedade 21* está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), divisa entre os setores censitário 3B e 8 – ambos de característica rural, entre as estacas 1.305 e 1.310 do Projeto Básico.

Soma 2,4 ha, sendo que a área a ser desapropriada será de 0,5 ha, ou 22,6% da área total. O acesso será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal José Nogueira.

As obras irão afetar porção da propriedade onde está localizada a residência do proprietário.

Foi realizada entrevista com o Sr. Cláudio Zeolo, dono e residente na propriedade. Ele informou que conhecia o "boato" de que seria construída essa nova rodovia, mas nunca teve acesso a qualquer documento formal, e também não conhecia o traçado.

Existem 4 residências na área: 1 delas é de moradia da família (4 pessoas); outras 2 casas são alugadas (5 pessoas); e na outra casa moram os meeiros (4 pessoas) que trabalham em sua lavoura. Todas suas benfeitorias serão afetadas.

A renda da família do Sr. Cláudio provém principalmente do cultivo de frutas (goiaba). Segundo informado, o aluguel das duas residências é renda complementar.

Com base na delimitação da área de interferência demonstrada durante a entrevista, o proprietário informou que pretende utilizar a propriedade para a mesma finalidade (cultivo de frutas), mas como irá perder as moradias, não tem certeza se poderá continuar residindo na propriedade, pois se diminuir ainda

mais a área cultivável para a construção de novas casas. Teme que a produção não seja suficiente para o sustento da família.

Assim, ele não soube informar se irá interromper o contrato com os meeiros. Irá depender da futura condição de produtividade que restará em sua área.

Segundo o Sr. Cláudio: *"me sinto excluído de todo progresso que está chegando, porque não vou poder usufruir dele"*, se referindo à falta de acessos para a rodovia.

Para Cláudio, tal situação não gerará nenhum ganho pessoal, pois perderá grande parte de sua propriedade.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 21



Foto7.3.3.2-25: Propriedade do Sr. Claudio, uma das benfeitorias que serão afetadas pela rodovia.

➤ PROPRIEDADE 22:

A *Propriedade 22* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), divisa entre os setores censitário 3B e 8 – ambos de característica rural, entre as estacas 1.310 e 1.315 do Projeto Básico.

Soma 4,0 ha, sendo que a área a ser desapropriada será de 1,3 ha, ou 31,3% da área total. As obras irão dividir a *Propriedade 22* em duas partes:

1. unidade principal, ao fundo da propriedade, com 2,4 ha, utilizada para cultivo agrícola (goiaba);
2. unidade secundária, de frente para a Estrada Vicinal Luiz Queiroz Guimarães, com 0,4 ha, onde existem 8 residências de aluguel (o proprietário não mora no local).

O acesso à porção 1 descrita acima será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal Luiz Queiroz Guimarães. Já o acesso à porção 2 passará a ser realizado pela Estrada Vicinal José Nogueira, após a passagem inferior projetada na altura da estaca 1.315.

Foi realizada entrevista com o Sr. Onivaldo, que possui a propriedade há 28 anos. O entrevistado não reside na área – mora no município de Valinhos. Ele já sabia do Prolongamento, mas não conhecia seu traçado.

Existem 8 residências na área: todas elas são de aluguel. Nenhuma benfeitoria será afetada. Somente a cerca e muro de divisa de propriedade.

Parte da renda da família do Sr. Onivaldo provém dos alugueis dos imóveis existentes em sua propriedade e do cultivo de frutas (figo e goiaba). A outra parte não foi informada.

Para o proprietário, é muito importante a manutenção das casas de aluguel, que representam renda garantida ("*minha aposentadoria*", sendo relatado).

A partir do que foi demonstrado para o proprietário durante a entrevista ele concluiu que com as obras do empreendimento não obterá nenhum tipo de ganho pessoal. Ressaltou muita preocupação na manutenção das casas, e do acesso à unidade secundária, que será mantido pela estrada vicinal.

➤ PROPRIEDADE 23:

A *Propriedade 23* está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), no setor censitário 8, de característica rural, entre as estacas 1.315 e 1.324 do Projeto Básico.

Soma 9,3 ha, sendo que a área a ser desapropriada será de 1,9 ha, ou 20,4% da área total. As obras irão afetar porção atualmente ocupada prédios administrativos e pátio de estacionamento de veículos apreendidos, além de um adensamento de vegetação. A implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 23* em duas porções:

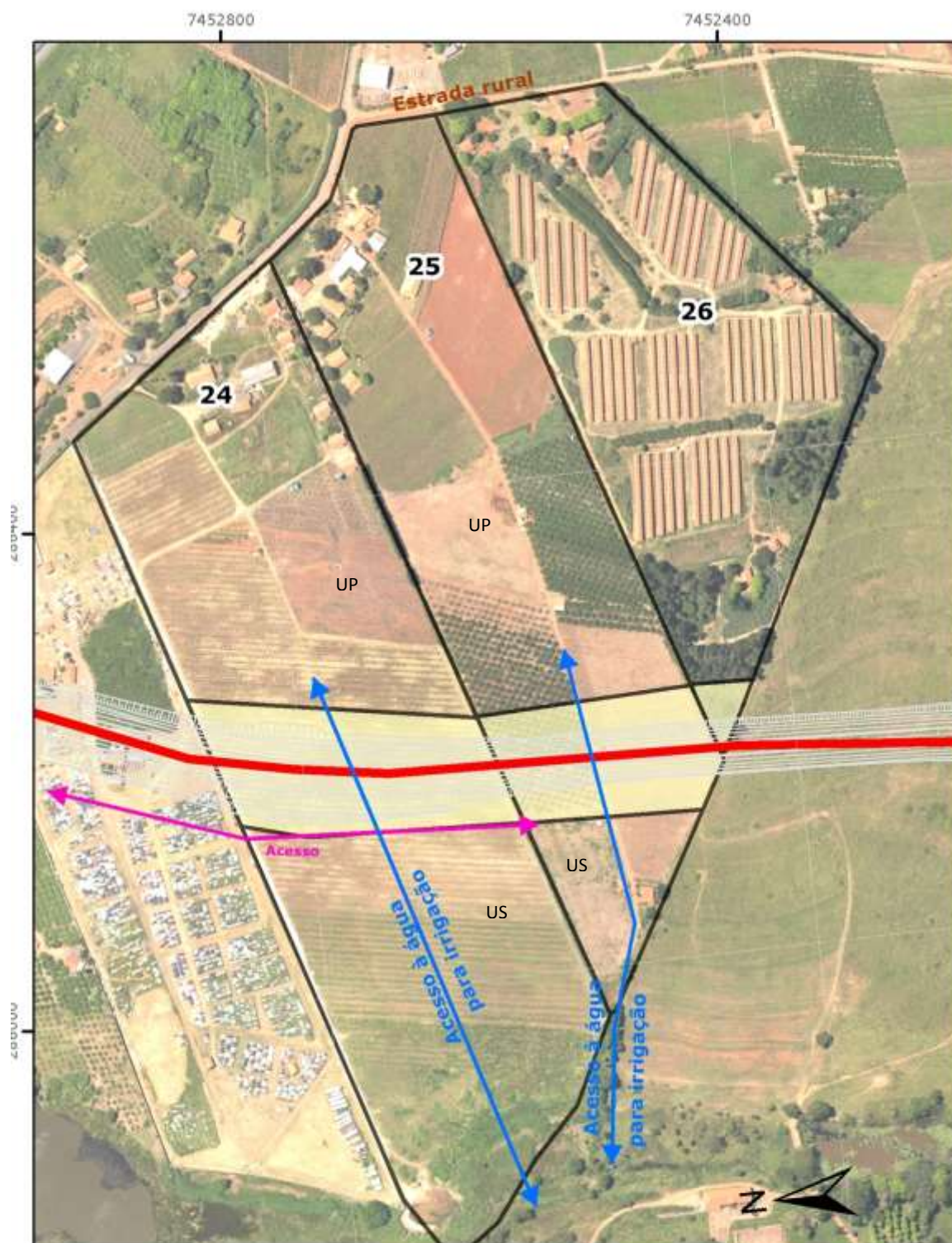
1. unidade principal, ao fundo da propriedade, com 5,5 ha, onde está estacionada grande quantidade de veículos;

2. unidade secundária, de frente para a Estrada Vicinal Luiz Queiroz Guimarães, com 1,8 ha, onde está a guarita de acesso e alguns veículos, e parte do adensamento.

O acesso à porção 1 passará a ser realizado pela Estrada Vicinal José Nogueira, após a passagem inferior projetada na altura da estaca 1.315. Já o acesso à porção 2 será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal José Nogueira.

Não foi realizada entrevista no local, e também não foi permitido acesso para conferência do uso, realizado somente com base em imagens aéreas.

PROPRIEDADES 24, 25 e 26:



- Eixo do Prolongamento da SP-083
- Detalhes do Projeto Básico do Empreendimento
- Limite da Propriedade
- Área a ser Desapropriada

100 50 0 100
m
1:5.000

➤ PROPRIEDADE 24:

A *Propriedade 24* está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), no setor censitário 8, de característica rural, entre as estacas 1.324 e 1.336 do Projeto Básico.

A área soma 15,0 ha, sendo que a área a ser desapropriada será de 2,3 ha, ou 15,1% da área total. As obras irão afetar porção atualmente ocupada com cultivo de frutas e legumes, sendo que a implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 24* em duas partes:

1. unidade principal, com 6,6 ha, onde encontram-se as residências da família e funcionários, além dos barracões de serviços e parte do cultivo agrícola.
2. unidade secundária de área equivalente (6,2 ha), onde somente se realiza cultivo agrícola.

O acesso à porção 1 será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal José Nogueira. O acesso à porção 2 passará a ser realizado pela Estrada Vicinal, após a passagem inferior projetada na altura da estaca 1.315, e via de acesso a ser construída entre a faixa de domínio e a *Propriedade 23*.

Foi realizada entrevista com o Sr. José Cameloti, que mora na propriedade desde 1962. Foi o único entrevistado que teve benefício da Reforma Agrária, e pagou pela propriedade em 15 anos.

Na propriedade existem 8 residências, sendo 2 familiares (onde moram 8 pessoas), e 6 residências para as famílias de funcionários (onde moram outras 20 pessoas). Ao todo, 28 pessoas moram no local.

O proprietário informou que continuará utilizando a propriedade para a mesma finalidade – cultivo de frutas e legumes. Também foi declarado pelo agricultor que a família de funcionários permanecerá na área, realizando as mesmas atividades. Nenhum funcionário será demitido.

De acordo com a percepção do entrevistado, o empreendimento não trará ganhos à sua família. Somente prejuízo, decorrente da diminuição da área produtiva.

Com relação aos impactos decorrentes da rodovia, o agricultor enfatizou a possibilidade de ficar sem acesso ao ponto de captação de água fluvial, para utilização em sua lavoura. Quanto a esse fato, a concessionária estuda alternativa para promover a transposição da captação de água, de modo que o proprietário permaneça com as mesmas condições após a implantação da rodovia.

➤ PROPRIEDADE 25:

A *Propriedade 25* está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), no setor censitário 8, de característica rural, entre as estacas 1.336 e 1.345 do Projeto Básico.

A área soma 10,8 ha, sendo que a área a ser desapropriada será de 1,6 ha, ou 15,2% da área total. As obras irão afetar porção atualmente ocupada com cultivo de frutas e legumes, sendo que a implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 25* em duas partes:

3. unidade principal, com 8,0 ha, onde encontram-se as residências da família e funcionários, além dos barracões de serviços e parte do cultivo agrícola.
4. unidade secundária de área equivalente (1,2 ha), onde somente se realiza cultivo agrícola.

O acesso à porção 1 será mantido, hoje realizado pela Estrada Vicinal José Nogueira. O acesso à porção 2 passará a ser realizado pela Estrada Vicinal, após a passagem inferior projetada na altura da estaca 1.315, e via de acesso a ser construída entre a faixa de domínio e as *Propriedades 23e 24*.

Foi realizada entrevista com o Sr. Pedro, dono da propriedade, mas que não possui residência na mesma. Comprou a propriedade há pouco tempo. Ele e sua família já sabiam do Prolongamento, mas não conheciam seu traçado. Segundo o entrevistado: "*não imaginava que fosse afetar meu sítio, se eu soubesse nem o teria comprado*".

Na área não há residências a serem afetadas pelo empreendimento, apenas a cerca de divisa de propriedade.

A renda da família do Sr. Pedro não provém exclusivamente do cultivo de frutas (goiaba) dessa área, pois como ele a comprou há pouco tempo, está começando a colheita agora e seus lucros iriam aumentar com o tempo.

Com base na delimitação da área de interferência demonstrada ao agricultor durante a entrevista, o proprietário informou que pretende permanecer com a propriedade, mas que talvez não continue mantendo suas atividades atuais porque sua propriedade será dividida em 2 porções.

Assim, ele não soube informar se algum funcionário será demitido. Irá depender da futura condição de produtividade.

Com isso, o proprietário concluiu que ele não obterá nenhum tipo de ganho pessoal com a implantação das obras, pois perderá área, e a rodovia irá dividir sua propriedade.

Com relação aos impactos decorrentes da rodovia, o agricultor enfatizou a possibilidade de ficar sem acesso ao ponto de captação de água fluvial, para utilização em sua lavoura. Quanto a esse fato, a concessionária estuda alternativa para promover a transposição da captação de água, de modo que o proprietário permaneça com as mesmas condições após a implantação da rodovia.

➤ PROPRIEDADE 26:

A *Propriedade 26* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 8 – rural, altura da estaca 1.345 do Projeto Básico.

Soma 8,9 ha, e a área a ser desapropriada será de 0,2 ha, ou 1,7% da área total. A propriedade é utilizada para criação de frango (granja), mas na área diretamente afetada não foi registrada benfeitoria. Somente um adensamento de espécies exóticas (eucalipto).

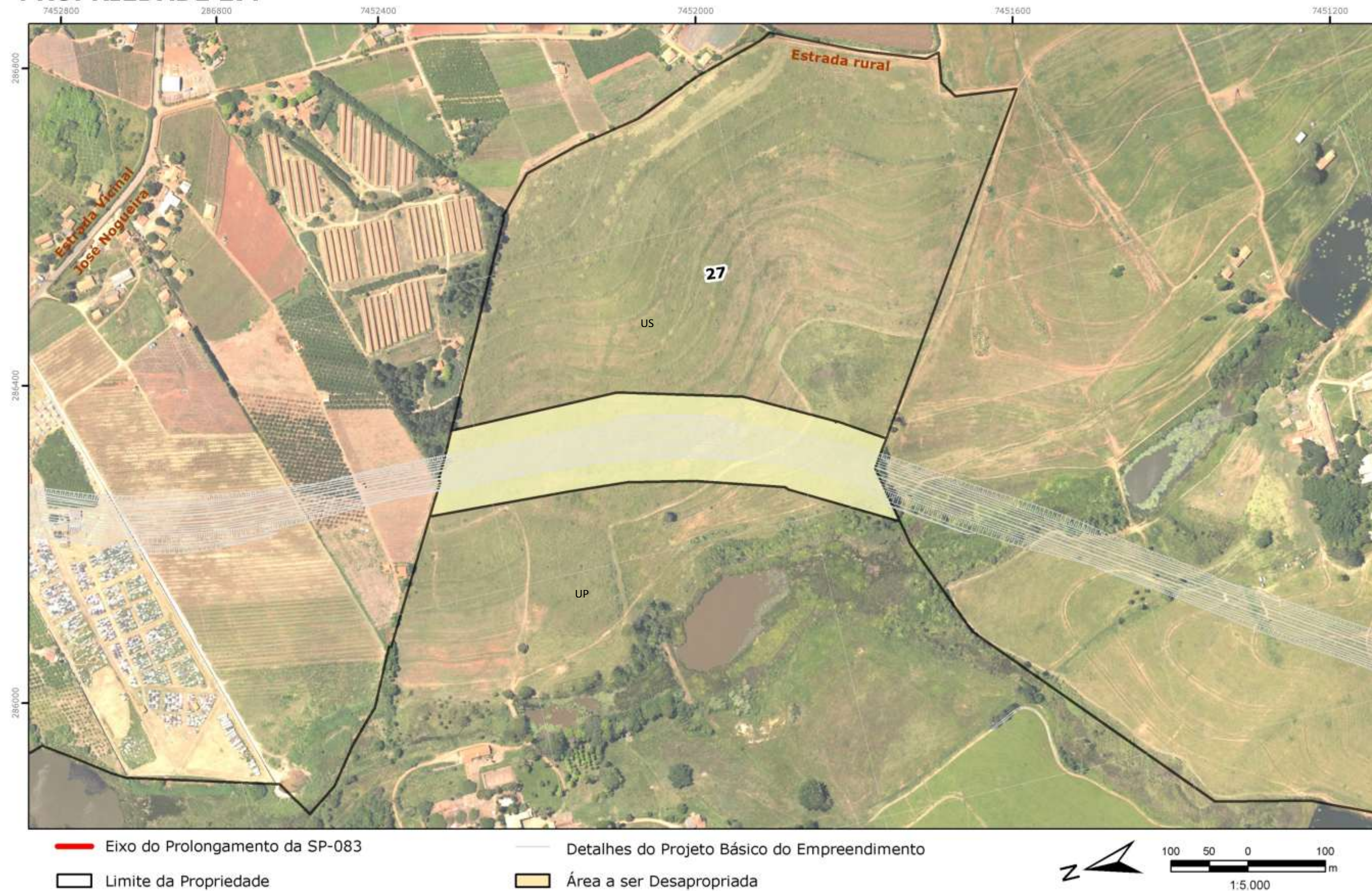
Dessa forma, as obras não irão interferir diretamente na atividade econômica realizada no local.

Não foi realizada entrevista com o proprietário. Mas pode-se concluir que o empreendimento não irá beneficiar o escoamento de sua produção, uma vez

que o produtor não terá acesso à nova via a ser implantada, assim como não tem acesso à Rodovia dos Bandeirantes, ambas de Classe Zero.

O acesso à propriedade será mantido, hoje realizado por estradas rurais e a Estrada Vicinal José Nogueira. Essa última permite ligação com a Avenida Lix da Cunha, via que promove ingresso às rodovias Anhanguera e Santos Dumont/Bandeirantes, permitindo o escoamento da produção.

PROPRIEDADE 27:



➤ PROPRIEDADE 27:

A *Propriedade 27* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6), e no setor censitário 3B – rural, entre as estacas 1.345 e 1.395 do Projeto Básico.

Caracteriza-se por propriedade voltada à criação de gado extensiva. Soma 220,0 ha, e a área a ser desapropriada será de 6,3 ha, ou 2,9% da área total, ocupada exclusivamente com pastagens (gramíneas).

A implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 27* em duas porções:

1. unidade principal, com 189,1 ha, onde está localizada a sede da fazenda, áreas de serviço e residências de funcionários (o proprietário não mora na área);
2. unidade secundária, com 25,1 ha, onde há predomínio de áreas de pastagem, sem qualquer benfeitoria.

O acesso à unidade principal será mantido, hoje realizado pela Avenida Lix da Cunha, via que promove ingresso às rodovias Anhanguera e Santos Dumont/Bandeirantes.

Já o acesso à porção secundária será realizado por estradas rurais e a Estrada Vicinal José Nogueira. Essa última permite ligação com a Avenida Lix da Cunha, e acesso à unidade principal (cerca de 3.000 metros de distância).

Foi realizada entrevista com o proprietário, Sr. José Henrique B. Galbiatti. Ele não reside na área, e não há casas no local a ser desapropriado. O entrevistado já estava ciente do Prolongamento, mas não conhecia seu traçado.

A renda da família do Sr. José Henrique, provém em parte da pecuária (criação de gado) obtida na propriedade. Mas além dessa, o proprietário possui renda proveniente de um escritório de advocacia.

Com relação ao empreendimento, é de conhecimento do proprietário que a Prefeitura Municipal de Campinas pretende instalar na região um Parque Logístico, que consiste na criação de áreas para instalação de indústrias e galpões de armazenamento. Ele acredita que sua propriedade passará a fazer parte desse complexo.

PROPRIEDADE 28:



➤ PROPRIEDADE 28:

A *Propriedade 28* também está localizada na macrozona de vocação agrícola de Campinas (MZ 6) e área de influência aeroportuária (MZ 7), estacas 1.395 e 1.470 do Projeto Básico. O setor censitário correspondente é o 3B – rural.

Caracteriza-se por propriedade voltada à criação de gado extensiva. Soma 173,8 ha, e a área a ser desapropriada será de 19,0 ha, ou 10,9% da área total, ocupada essencialmente com pastagens (gramíneas).

A implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 28* em duas porções:

1. unidade principal, com 116,1 ha, onde está localizada a sede da fazenda, áreas de serviço e as residências do proprietário e funcionários;
2. unidade secundária, com 38,8 ha, onde há predomínio de áreas de pastagem, sem qualquer benfeitoria.

O acesso à unidade principal será mantido, hoje realizado por estrada rural. Somente a guarita deverá ser remanejada, em acesso previsto junto a faixa de domínio.

O acesso à porção secundária também será realizado por estrada rural. Para ligação entre as duas unidades, será utilizada a Rodovia Miguel Melhado (SP-324), percorrendo cerca de 3.800 metros de distância.

Foi realizada entrevista com o Sra. Viviane, dona e residente na propriedade. Ela e sua família já sabiam do Prolongamento, mas não conheciam seu traçado.

Na área moram 10 pessoas: 3 são da família e 7 são funcionários. Uma das benfeitorias de sua propriedade será afetada, próxima à guarita principal, na qual mora um de seus funcionários.

A renda da família do Sra. Viviane não provém exclusivamente da propriedade, utilizada para pecuária (criação de gado e carneiro). A entrevistada é empresária, sócia da *Best Pulp Brasil*, voltada ao ramo de produção de polpa de tomate.

Com base na delimitação da área de interferência demonstrada à proprietária durante a entrevista, ela acredita que não será possível continuar com as mesmas atividades, pois os animais não apresentarão a mesma produtividade

devido ao estresse ocasionado pelo ruído proveniente da rodovia. Porém a proprietária utiliza sua área também para armazenamento de produtos (molho de tomate) provenientes da outra atividade econômica que ela exerce. Essa atividade será mantida.

Assim, ela não soube informar se algum funcionário será demitido. Irá depender da futura condição de produtividade de seu rebanho. Se possível, pretende continuar as mesmas atividades, e mesmo número de funcionários.

A entrevistada acredita que o empreendimento será bom para o desenvolvimento local e regional, pois sabe que faz parte do processo de desenvolvimento do país. E que haverá uma valorização das áreas remanescentes.

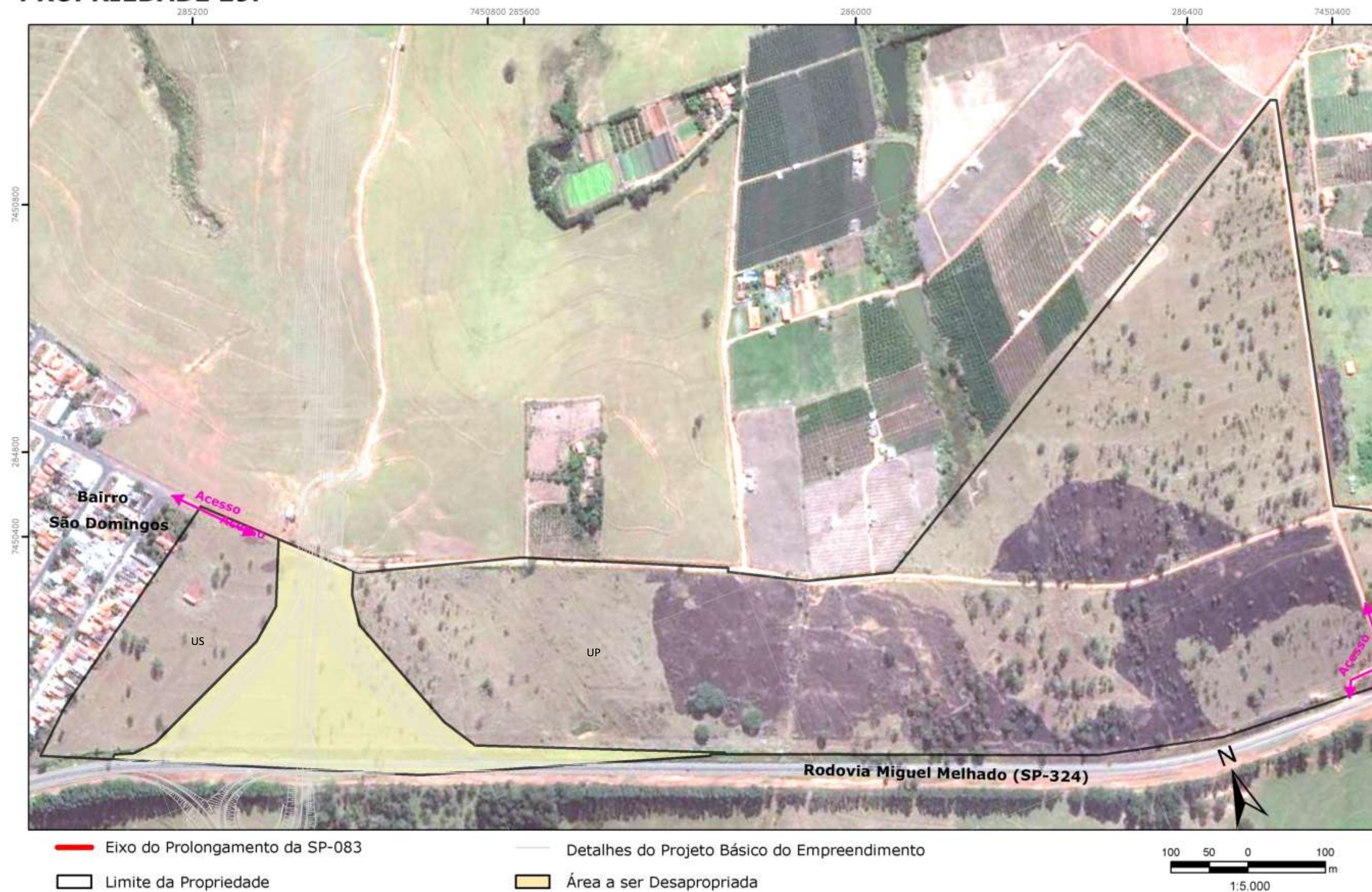
Com relação aos impactos decorrentes da rodovia, a proprietária enfatizou que com a aproximação do bairro vizinho pode tornar o local mais violento.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PROPRIEDADE 28



Foto7.3.3.2-26: Fazenda Boa União, área utilizada como pastagem.

PROPRIEDADE 29:



➤ PROPRIEDADE 29:

A *Propriedade 29* está localizada na macrozona de influência aeroportuária (MZ 7), estacas 1.470 e 1.483 do Projeto Básico. O setor censitário correspondente é o 3A – urbano.

Caracteriza-se por unidade sem uso definido, com histórico de plantio de eucalipto. Devido a proximidade do Bairro São Domingos, e a localização da Rodovia Miguel Melhado (SP-324), a área tem potencial para o crescimento da estrutura urbana.

Soma 66,2 ha, e a área a ser desapropriada será de 6,9 ha, ou 10,5% da área total. A implantação do Prolongamento da SP-083 irá dividir a *Propriedade 29* em duas porções:

1. unidade principal, com 55,3 ha, e
2. unidade secundária, com 4,9ha.

Em nenhuma das unidades descritas há benfeitorias. O acesso para a unidade principal será pelo bairro São Domingos. E a unidade 2 terá acesso pela Rodovia Miguel Melhado (SP-324).

O acesso à porção secundária também será realizado por estrada rural. Para ligação entre as duas unidades, será utilizada a Rodovia Miguel Melhado (SP-324), percorrendo cerca de 3.800 metros de distância.

Não foi realizada entrevista nessa propriedade.

PROPRIEDADE 30:



➤ PROPRIEDADE 30:

A última propriedade que será diretamente afetada pelas obras é *Propriedade 30*, segmento de interligação entre a Rodovia Miguel Melhado (SP-324) e o Prolongamento da SP-083. Está localizada na macrozona de influência aeroportuária (MZ 7), setor censitário 3B – rural, a partir da estaca 3.485.

Caracteriza-se por propriedade voltada à criação de gado extensiva. Soma 350,0 ha, e a área a ser desapropriada será de 2,4 ha, ou 0,7% da área total, ocupada exclusivamente com pastagens (gramíneas).

Não foi observada nenhuma benfeitoria no local, e o acesso será mantido, hoje realizado pela Estrada Velha Indaituba-Itu.

Não foi realizada entrevista nessa propriedade, mas de acordo com a proporção de área desapropriada, e os acessos garantidos à área, pode-se concluir que o produtor terá condições de manter as mesmas atividades realizadas atualmente.

➤ Resumo da Caracterização Populacional da ADA:

Na grande maioria das propriedades afetadas, após a implantação do empreendimento será possível desenvolver as mesmas atividades atuais, conforme mostrado no **Quadro 7.3.3.2-2** síntese a seguir.

Quadro 7.3.3.2-2: Síntese da provável situação das propriedades afetadas após a implantação do empreendimento, conforme relatado pelos proprietários.

| Propriedade | Situação após a implantação do empreendimento | % |
|-------------|---|------|
| 1 | Permanecerão com as mesmas atividades | 70,0 |
| 2 | | |
| 3 | | |
| 4 | | |
| 5 | | |
| 7 | | |
| 9 | | |
| 10 | | |
| 11 | | |
| 12 | | |
| 13 | | |
| 15 | | |
| 16 | | |
| 20 | | |
| 22 | | |
| 24 | | |

| Propriedade | Situação após a implantação do empreendimento | % |
|--------------|--|--------------|
| 25 | | |
| 26 | | |
| 27 | | |
| 28 | | |
| 30 | | |
| 18 | Áreas atualmente sem uso definido | 6,7 |
| 29 | | |
| 23 | Não foi possível acesso à área para a compreensão da situação atual | 3,3 |
| 6 | Proprietários que provavelmente proporcionarão novo uso à propriedade após o empreendimento | 6,7 |
| 17 | | |
| 21 | Irá manter a mesma atividade, mas como as residências serão afetadas, ainda não sabe se continuará morando no local | 3,3 |
| 14 | Proprietário sem vínculo financeiro com a propriedade, que tanto pode permanecer com as atividades, quanto vender a área | 3,3 |
| 8 | Proprietário que já se sente prejudicado devido a proximidade com bairro da periferia de Campinas, e não sabe se irá permanecer na área após a construção da rodovia | 3,3 |
| 19 | Única propriedade que será 100% desapropriada | 3,3 |
| Total | | 100,0 |

7.3.3.3. Uso e Ocupação do Solo

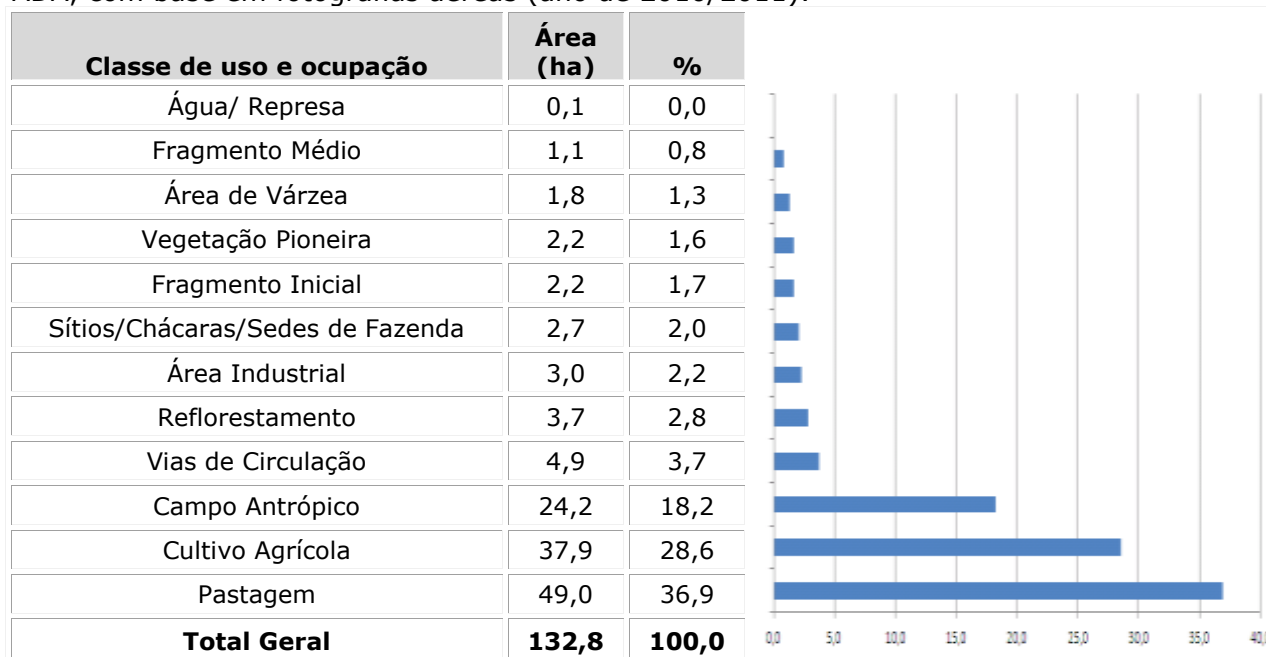
A ADA possui dimensão territorial total de 132,8 ha, subdividida em porções de 30 propriedades particulares que deverão ser desapropriadas parcial ou integralmente (sub-total de 114,3 ha – 86,1%), e áreas de domínio público (estadual ou municipal), equivalentes às faixas de domínio das rodovias e estrada vicinal em operação (sub-total de 18,5 ha – 13,9%).

Para determinação do uso do solo ocorrente na ADA, foi realizado mapeamento com base em fotografias aéreas do ano de 2010, utilizando-se o SIG ArcGis 9.2®, mesma metodologia do mapeamento da AID.

Quanto às classes de uso e ocupação mapeadas na ADA do empreendimento, assim como na AID, foram mais frequentes aquelas relativas ao processo de antropização da área de estudo, como reflexo do histórico processo de ocupação dos municípios de Campinas e Valinhos, afetados pelo empreendimento.

As classes mais expressivas foram: Área de Pastagem (36,9%), Cultivo Agrícola (28,6%) e Campo Antrópico/Gramíneas e Árvores Isoladas (18,2%), conforme **Quadro 7.3.3.3-1** apresentado a seguir.

Quadro 7.3.3.3-1: Quantitativo das Classes de Uso e Ocupação do Solo mapeado na ADA, com base em fotografias aéreas (ano de 2010/2011).



O registro fotográfico a seguir apresenta o detalhamento das classes em questão.

Registro Fotográfico do Uso e Ocupação na ADA



Foto 7.3.3.3-1: Faixa de domínio junto ao entroncamento das Rodovias Anhanguera e SP-083, local definido como campo antrópico (sem uso definido).



Foto 7.3.3.3-2: Estaca 1044, km 12+950 - área de cultivo novo de goiaba.

Registro Fotográfico do Uso e Ocupação na ADA



Foto7.3.3.3-3: Estaca 1085, km 13+800 - área de pastagem que será desapropriada para implantação da rodovia.



Foto7.3.3.3-4: Estaca 1110, km 14+300 - granja desativada que será desapropriada para implantação da rodovia. As casas são atualmente utilizadas para aluguel (serviço).



Foto7.3.3.3-5: Estaca 1133, km 14+750 - área de cultivo agrícola de goiaba.



Foto7.3.3.3-6: Estaca 1150, km 15+100 - área de cultivo agrícola de figo.



Foto7.3.3.3-7: Estaca 1206, km 16+200 - área de cultivo agrícola de figo.



Foto7.3.3.3-8: Estaca 1225, km 16+600 - área de pastagem que será desapropriada para implantação da rodovia.

Registro Fotográfico do Uso e Ocupação na ADA



Foto7.3.3.3-9: Estaca 1245, km 17+000 - área de cultivo agrícola de goiaba (à esquerda) e área de pastagem (à direita).



Foto7.3.3.3-10: Estaca 1307, km 18+250 - chácara que deverá ser desapropriada para implantação da rodovia.



Foto7.3.3.3-11: Estaca 1340, km 18+900 - área de cultivo agrícola de figo.



Foto7.3.3.3-12: Estaca 1345, km 19+000 - sentido Indaiatuba - área de pastagem que será desapropriada para implantação da rodovia.



Foto7.3.3.3-13: Estaca 1645, km 21+400 - sentido Campinas - área de pastagem que será desapropriada para implantação da rodovia.



Foto7.3.3.3-14: Faixa de domínio da Rodovia Melhado Campos, no final do prolongamento.

➤ Infraestrutura:

Cumpra mencionar ainda que, para a implantação do empreendimento, serão necessárias interferências com equipamentos públicos e privados, tais como: pontos de ônibus, rede elétrica, redes de água e esgoto, linha de dutos da PETROBRAS. A concessionária está realizando o levantamento de cada uma delas, e irá providenciar a obtenção de manifestações das empresas responsáveis, de modo que as obras somente serão iniciadas após a anuência dos respectivos órgãos ou instituições gestoras responsáveis.

Dentre as áreas que serão desapropriadas, não foi verificada sobreposição das áreas do decreto necessário às obras em epígrafe e quaisquer outros decretos de utilidade pública. Além disso, não ocorrerá interrupção dos serviços prestados à comunidade lindeira, sejam eles de responsabilidade municipal, estadual ou federal, nem a entidades a estes vinculadas.

Ressalta-se que as obras somente serão iniciadas depois de estabelecidos os acordos amigáveis com os proprietários, ou emitidos os decretos de desapropriação, e as respectivas imissões na posse das propriedades a serem afetadas pelo empreendimento.

7.3.3.4. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

Conforme dispõe a Resolução SMA nº 34/03, quando do licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental, é necessária a adoção de medidas que visem proteger o patrimônio arqueológico e pré-histórico da área.

Frente ao exposto, encontra-se no **Anexo XX** o *Estudo de Arqueologia Preventiva*, sob responsabilidade de José Luiz de Moraes (CTF/IBAMA 33818), bem como a proposta de programa de monitoramento arqueológico.

Em tal documento, foi diagnosticada a arqueologia regional, por meio de levantamento de fontes secundárias para a contextualização arqueológica, etno-histórica e histórica da região do empreendimento, e conclui que a implantação das obras pode promover alterações sobre os bens arqueológicos e históricos existentes na ADA. Os levantamentos apresentados neste EIA apontam que não há indícios ou evidências de materiais arqueológicos na área onde se pretende

instalar o empreendimento. Todavia, parcelas de terreno não apresentaram condições de visibilidade suficientes para garantir a inexistência de materiais arqueológicos na cota zero (superfícies revestidas por densa camada de vegetação) ou em cotas negativas (colúvios mais espessos e aluviões). Corroborando esta afirmação, a área diretamente afetada abrange compartimentos topomorfológicos e ambientais que sugerem potencial arqueológico positivo.